

Universidade Católica de Goiás
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Atribuição de Responsabilidade da Atual Situação do
Índio e o Preconceito Contra os Povos Indígenas
Brasileiros**

Rosely Pereira Barbosa Pimenta

Goiânia
2009

Universidade Católica de Goiás
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Atribuição de Responsabilidade da Atual Situação do
Índio e o Preconceito Contra os Povos Indígenas
Brasileiros**

Rosely Pereira Barbosa Pimenta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Orientadora: Dra. Ana Raquel R. Torres.

- P644a Pimenta, Rosely Pereira Barbosa.
Atribuição de responsabilidade da atual situação do índio e o preconceito contra os povos indígenas brasileiros / Rosely Pereira Barbosa Pimenta. – 2009.
ix, 90 f.
Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Departamento de Psicologia, 2009.
“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Raquel R. Torres”.
1. Indígenas – identificação – preconceito – Brasil. 2. Índios – situação – preconceito – análise psicossocial – Brasil. I. Título.

CDU: 316.647.8(=1-82)(81) (043.3)
397

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autora: Roseli Pimenta

Título: Atribuição de Responsabilidade da Atual Situação do Índio e o Preconceito
Contra os Povos Indígenas Brasileiros.

Data da Apresentação: 08/10/2009

Examinadores:

Dra. Ana Raquel Rosas Torres

Presidente – Professora Titular do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em
Psicologia da Universidade Católica de Goiás

Dra. Daniela Sacramento Zanini.

Membro interno – Professor Titular do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em
Psicologia da Universidade Católica de Goiás

Dr. Eduardo Simões de Albuquerque.

Membro convidado – Universidade Federal de Goiás.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conceber esta realização e transformação em minha vida.

A minha família, em especial a minha mãe Odília, minha irmã Suely e também meu sobrinho Celes Carlos.

Ao meu marido Kaiser Pimenta, por todo o apoio, por sempre acreditar e incentivar o meu estudo. Também pela compreensão e paciência, em discutir as questões indígenas.

A meu filho João Gabriel Forte B. Pimenta, que, desde o instante que passou a fazer parte de minha vida, ampliou meus horizontes, transformando o meu olhar, tornando-o ainda mais empático e aumentando minha responsabilidade em contribuir para tornar esse mundo mais justo e com menos desigualdades sociais.

À minha amiga Mônica M. Quinan, pelo companheirismo, apoio e incansáveis leituras e releituras deste estudo.

À minha amiga Serly Silva, que foi uma grande companheira, nesse processo de construção.

À minha primeira incentivadora, na área de pesquisa acadêmica, Ionara Rabello.

À professora Dra. Ana Raquel R. Torres, que me orientou, amparou e se tornou uma grande amiga e companheira no processo de construção de conhecimento. Ela redimensionou o meu olhar em questões que quase passam, pela invisibilidade social, como a indígena. E ainda, por todo o meu crescimento tanto profissional quanto pessoal, nesses dois anos de trabalho.

Ao Professor Dr. Eduardo Simões de Albuquerque, pela disponibilidade de avaliar e contribuir para o enriquecimento deste estudo.

À Professora Dra. Daniela Sacramneto Zanini, também por avaliar e contribuir para melhoria da produção deste conhecimento.

À Professora Ms. Thalita Vargas, pela amizade e parceria na busca bibliográfica e por ter também disponibilizado as relíquias e preciosidades em livros sobre o tema.

À professora Darcy, pelas correções, e aulas de português para melhorar a qualidade deste estudo.

Ao meu amigo Shouzo Abel, por contribuir na elaboração do projeto piloto, apresentado como requisito parcial para a adesão no curso de mestrado.

A todos os membros do GPPG, em especial, Gelci, Thiago, Juliana, Luciene falcão, pelas discussões e ajuda com as incansáveis leituras em inglês.

Provavelmente, faltaram muitos em minha lista de agradecimentos, portanto desde já peço desculpa por não citá-los e nem lhes agradecer como gostaria.

Infelizmente, não consigo mensurar em palavras o carinho e gratidão que sinto por cada um daqueles que farão eternamente parte de minha história. Sem eles eu não chegaria até o final deste trabalho. Finalizo agradecendo a Deus pela vida de cada um e por tê-los posto em meu caminho.

SUMÁRIO

FOLHA DE ROSTO.....	ii
FOLHA DE AVALIAÇÃO	iii
AGRADECIMENTOS.....	v
SUMÁRIO.....	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO.....	02
CAPÍTULO I LEVANTAMENTO HISTÓRICO SOBRE, A COLONIZAÇÃO INDÍGENA E AS PRÁTICAS ATUAIS	07
CAPÍTULO II PRECONCEITO	25
Representações sociais	45
CAPITULO III ARTIGO	64
METODOLOGIA	73
Participantes	73
Instrumentos	74
Procedimentos.....	76
Resultados	77
Discussão	78
REFERÊNCIAS.....	81

Resumo

Este estudo investigou, em uma amostra de 823 estudantes do ensino médio de escolas públicas, as relações entre as diferentes atribuições de responsabilidade pela situação atual dos indígenas brasileiros, os níveis de identificação com a nação brasileira e o preconceito. Os resultados indicam que o preconceito de não-indígenas contra os indígenas é alto e que existe uma correlação positiva entre responsabilizar os próprios índios por sua situação e o preconceito. Por outro lado, existe uma correlação negativa entre a responsabilização dos brasileiros, a identificação com a nação brasileira e o preconceito. Esses resultados são discutidos ressaltando tanto a relevância social deste trabalho como suas implicações para as relações entre indígenas e não-indígenas no Brasil.

Palavras-chave: indígena, identificação, atribuição, preconceito.

Abstract

This work investigated, in a sample of 823 high school students from public schools, the relationships among different types of attribution of responsibility for the current Brazilian indigenous people's situation, the levels of identification with the Brazilian nation and prejudice. The results indicate that the non-indigenous people's prejudice against indigenous people is high and there is a positive correlation between holding the indigenous responsible for their own situation and prejudice. On the other hand, there is a negative correlation between holding the Brazilian people responsible, the identification with the Brazilian nation and prejudice. These results are discussed emphasizing this work's social relevance and its implications to the relationships between indigenous and non-indigenous people in Brazil.

Key words: Indigenous, Identification, Attribution, Prejudice

INTRODUÇÃO

Como conta a história brasileira, o Brasil foi “descoberto” em 1500, pelos portugueses. Cunha (1992) relata que há de se questionar tal descoberta, porque havia em solo atualmente chamado de brasileiro inúmeras tribos indígenas. Tal fato aponta uma invasão portuguesa às terras indígenas, que culminou em um verdadeiro genocídio dos povos que habitavam o país. O genocídio pode ser demonstrado pelos dados levantados na história, assim como pelos atuais.

Os dados apresentados por alguns autores, baseiam-se em anotações dos colonizadores, porém os estudiosos acreditam que tais relatos se aproximam bem da realidade apresentada na época da colonização. Como Ribeiro (2004) assinala que antes da chegada dos portugueses em 1500, havia na costa do Atlântico, território chamado de brasileiro, cerca de um milhão de índios. No entanto, Cunha (1992) aponta que havia no Brasil cerca de cinco milhões de índios. Desse modo, não há como precisar uma população exata, mas em um ponto os autores concordam; a colonização portuguesa foi um verdadeiro massacre e culminou no extermínio de várias nações indígenas.

Essa sentença de morte pode ser comprovada por meio dos dados atuais. O quadro nacional apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005) é que, residem em território nacional cerca de 200 povos indígenas, que falam 180 línguas distintas, somando um total de 734 mil índios, o que não ultrapassa 5% de toda a população nacional atual. A população indígena está distribuída em várias regiões do território nacional. Em 1991, o número de indígenas era equivalente a 294 mil, portanto, houve um crescimento de 10,8% dessa população de ao ano. O maior crescimento ocorreu em áreas urbanas, chegando a um patamar de 20,8%, comparando com a área rural cuja o crescimento foi de 5,8%. Contudo este crescimento compreende

apenas 4% da população nacional. Porém a de se relativizar tal informação, o IBGE informa os dados foi obtido por auto definição, isto é o individuo se declara indígena ou não- indígena.

Ao comparar os dados atuais aos coletados pelos colonizadores, comprova-se o que Cunha (1992) apontou sobre o genocídio praticado em solo brasileiro. Porém, em pleno século XXI, a deve-se confirmar se tal fato continua ocorrendo. Segundo Ricardo (2001), no estado do Acre, algumas tribos isoladas estão, ainda estão, sendo expulsas de suas terras, e seu povo, exterminado. Tal afirmação também pode ser comprovada no discurso feito por um membro de uma tribo parente, que tenta defender os indígenas isolados, tentado assegurar o direito que eles possuem de manterem-se nas terras que eram suas antes da chegada dos portugueses ao Brasil (Ricardo, 2001).

A política indigenista foi implantada em 1910, quando os índios ainda estavam sendo expulsos de suas terras, e um fato novo ocorreu: as lutas ganharam certa visibilidade nacional, que culminou no surgimento do Serviço de Proteção aos Índios. Por meio do Decreto de lei n. 8072, de 20 julho de 1910, e o índio passou a ter direito a um pedaço de terra para plantar e viver. Em 1914 foram efetuadas algumas mudanças nas diretrizes, e o índio passa a ter direito à expressar sua crença e cultura, ter direito a posse da terra onde habita, manter unida sua família, isto é foram assegurados aos indígenas todos os direitos e deveres de um cidadão comum (Ribeiro, 2005).

A lei que foi instituída em favor dos indígenas, devolvendo-lhes os direitos que deles foram retirados, tem sido constantemente rechaçada e descumprida, causando severos atritos entre colonos, índios e governo. Esses atritos saíram do patamar governamental e se transformaram em conflitos diretos entre os não-indígenas e os indígenas. Alguns não-indígenas defendem o direito que o povo indígena possui, outros o discordam completamente e outros ficam apenas de acordo com o discurso, que não

resulte na implantação de políticas públicas concretas.

Tal situação mostra o preconceito e a discriminação sofridos pelos indígenas. Este tema será discutido mais detalhadamente no capítulo II deste estudo.

Para o fenômeno preconceito, faz-se necessário conhecer a definição e o conceito teórico do termo.

De acordo com Allport (1954-1979), uma boa definição para o preconceito étnico é “ethnic prejudice is an antipathy based upon a faulty and inflexible generalization. It may be felt or expressed. It may be directed toward a group as a whole, or toward an individual because He is a member of that group”. (p. 9).

Segundo esse autor, o preconceito pode existir tanto em sua forma positiva, como negativa. Porém, este estudo, atem-se apenas a forma negativa.

O preconceito pode ser derivado de uma imagem preconcebida do outro e de atribuições de características que provêm da falta de conhecimento sobre outrem e advindas da pertença social do indivíduo. O outro é avaliada com base no juízo de valor individual ou do seu grupo de pertença social (Tajfel, 1982).

Por ser o preconceito e sua expressão características atribuídas aos indivíduos ou a grupos sem a existência de qualquer fato que justifique tal comportamento, é preciso compreender como as pessoas constroem suas representações sociais de coisas, indivíduos, objetos ou grupos sociais.

Moscovici (1976-1978) define representação como um conjunto de conceitos e explicações constituídos na vida cotidiana e nas inter-relações. Esses conhecimentos constituídos no meio social ganham significados e passam a ser compartilhados no contexto. Compreende-se então que os conhecimentos construídos no meio social, com significações individuais que passam a ser compartilhados, podem conter conotações

negativas de indivíduos ou grupos que sejam indesejados por quem construiu o conhecimento.

Considerando a relevância social desse tema, e também a falta de estudos sobre ele, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as relações entre as diferentes atribuições de responsabilidade pela situação atual dos indígenas brasileiros, os níveis de identificação com a nação brasileira e o preconceito. Especificamente, investigar-se se o tipo de explicação para responsabilização, dos portugueses, brasileiros ou os próprios índios, se relaciona com o preconceito, e além disso, se a identidade social dos jovens não-indígenas também se relaciona com esse fenômeno.

Portanto, com a perspectiva de que a situação indígena é um fenômeno complexo, singular e ainda não muito bem compreendido em todas as suas dimensões, e também por ser um tema muito pouco estudado pela da psicologia social, a presente pesquisa justifica-se tanto por sua relevância em produzir conhecimento acadêmico, quanto pela possibilidade de contribuir para um esclarecimento da visão que o não-indígena possui dos indígenas, e de certa forma melhorar a relação entre eles, como também contribuir para o desenvolvimento de uma eventual política pública dos direitos e deveres dos não-indígenas em relação aos indígenas haja vista que e necessário o desenvolvimento de políticas diferenciadas para as populações vitimas da desigualdade social. Considera-se que não existe possibilidade de tratar os indivíduos que estão em posição de desvantagem social com políticas de iguais. Contudo estas diferenças podem ser superadas por meio de ações geradoras de oportunidades aos indivíduos em posição de desvantagem.

Este estudo faz parte de um projeto do Grupo de Pesquisa em Processos Grupais, intitulado “*Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros*”. O referido projeto está sendo realizado sob a coordenação da Prof. Dra. Ana Raquel

Rosas Torres com a colaboração do Prof. Dr. Rupert Brown, da Universidade de Sussex, na Inglaterra que tem pesquisado a questão indígena em países da América Latina.

CAPÍTULO 1

LEVANTAMENTO HISTÓRICO SOBRE A COLONIZAÇÃO INDÍGENA E AS PRÁTICAS ATUAIS

De acordo com a história oficial, o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, em 1500. A respeito da origem do homem que habitava o país, pode-se indagar se esse povo passou a existir apenas após a chegada dos portugueses.

De acordo com Calmon (1963), não existe consenso sobre a origem dos povos que habitavam o Brasil e tampouco sobre sua descoberta. Os espanhóis requeriam para si tal feito, por terem, antes dos portugueses, estado naquelas terras. O fato é que os portugueses se apropriaram dessas terras e dominaram os que nelas moravam. Relata ainda o autor que, a princípio, se discutiu que tipo de povo habitava tais terras. Poderiam ser eles descendentes diretos de Adão e Eva, do paraíso? E continua:

Habitava-o uma raça desconhecida dos homens de cor bronze que erravam, livres, pela verde imensidade. Ali viviam a sua interminável pré-história fora da civilização que não passara o mar, idilicamente isento de suas glórias e de suas torpezas. Eram, na desgarrada família de Adão. (Calmon, 1963, p. XIIIV)

Silva (1992) também afirma que não existe um consenso sobre a origem dos indígenas que habitavam o Brasil. Sabe-se que, quando os portugueses chegaram a essa terra, ela era habitada por inúmeras nações de povos indígenas. Em contrapartida, Niede Guidon (1937, citado por Silva 1992), diz que a origem mais provável, e aceita, é a de que esses povos seriam descendentes de asiáticos. Os indígenas teriam chegado à América pelo do Estreito de Bering, migrando rumo ao sul, paulatinamente. As características raciais comprovariam a hipótese de surgimento das inúmeras nações

indígenas encontradas pelos portugueses em 1500.

Segundo Cunha (1992), as terras que atualmente são ditas brasileiras eram habitadas por inúmeras nações de povos indígenas, portanto, há que se questionar quando se atribui aos portugueses tal descoberta. Por ser uma terra densamente povoada, como se pode depreender dos levantamentos feitos ao longo da história, pode-se deduzir então que não ocorreu uma descoberta, mas uma grande invasão portuguesa às terras indígenas.

Os estudos de Ribeiro (2004), quando contraposto com os de Cunha (1992), mostram uma falta de consenso em relação ao número exato de índios que habitavam o Brasil, antes da colonização portuguesa. Porém, com exatidão, assinalam o verdadeiro genocídio ocorrido em solo brasileiro, pela colonização. Cunha (1992) ainda aponta que esse é um fator inquestionável, na maioria dos estudos de historiadores brasileiros e estrangeiros.

Conforme Ribeiro (2004), o modo de vida indígena, para os padrões europeus da época, era um tanto rudimentar, como descreve Pero Vaz de Caminha. Caminha (1500, citado por Calmon, 1963), na carta escrita para o rei, relata os traços que lhe chamam a atenção, “Pardos, nus sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” (p. 66). Essa descrição demonstra a tamanha liberdade de que os povos indígenas dispunham e apresenta um tipo de relação do homem com o homem e do homem com a natureza, que não existia na cultura européia de então.

De acordo com Freyre (1900-2001), a contribuição do povo indígena para o desenvolvimento do território brasileiro foi precária, porque sua maior serventia ocorreu no desmatamento e na produção agrária. Os indígenas não possuíam habilidades em lidar com a enxada e, além disso, eram nômades. Para compensar tais desvantagens, os portugueses mantinham-nos como amigos ou como escravos. Como amigos ou escravos

deveriam defender as causas e os interesses dos portugueses.

Para Freyre (1900-2001), caso se investigue profundamente o papel do indígena no desenvolvimento agrário, percebe-se que sua participação se deu de forma limitada. As formas agrícolas rudimentares utilizadas pelos indígenas eram criticadas pelos europeus porque eles possuíam técnicas agrícolas mais avançadas. No entanto, os portugueses, por possuírem flexibilidade para lidar com esse povo, utilizaram o conhecimento que ele poderia lhes oferecer tanto na agricultura como fora dela. Entretanto, essa visão representa um ponto de vista idealizado do que realmente foi a ocupação do território brasileiro pelos portugueses.

Ribeiro (2004) ressalta que o modo de vida indígena parecia rudimentar aos olhos europeus da época, por eles viverem nus pelas florestas, terem seus corpos pintados e não possuírem ambição alguma, o que era um comportamento distinto dos europeus. Os indígenas colhiam para o consumo, retiravam da natureza o que era necessário para a sua sobrevivência. A alimentação era proveniente da caça, pesca e o que coletavam. Em alguns momentos ficavam à mercê da natureza, exceto o povo Tupi.

O povo Tupi já começava a dominar, mesmo que de forma rudimentar, a agricultura. Com machados feitos de pedra, formavam seus roçados com queimadas para o plantio de raízes. Alguns vegetais foram domesticados, como a mandioca, a batata e as ervas que lhes serviam como remédio. Por disporem de suprimentos de grãos e raízes, permaneciam à mercê da natureza apenas em relação à pesca e a caça (Ribeiro, 2004).

Para o cultivo dos seus alimentos e manutenção da tribo, existia uma organização igualitária, e todos participavam do plantio e da colheita. As tarefas eram divididas, os direitos eram iguais, e os papéis, também, bem definidos. Na divisão dos deveres, como no cultivo da agricultura, todos participavam, com exceção de alguns, como era o caso

dos guerreiros que ficavam com as crianças, e os pajés. Compartilhavam entre eles o que colhiam, e, em alguns casos, com comunidades tribais vizinhas, com as quais mantivessem boa relação, o que permite afirmar que, nesse contexto, não havia divisão de classes. Os indígenas possuíam uma estrutura e organização social própria. (Ribeiro, 2004).

Em sua organização social, possuíam algumas características próprias de sua cultura, como a vida nômade. Em algumas situações, as tribos que viviam em regiões muito fartas de alimentos, não precisavam procurar terras férteis e abundantes. No entanto, quem não possuía tais terras, deslocava-se com certa frequência, de um lugar para outro, quando os recursos se tornavam escassos. Em alguns momentos, para obter uma terra desejada, desalojava-se o habitante que nela estivesse (Ribeiro, 2004).

Nos locais onde não havia escassez, os grupos tribais variavam de trezentos a dois mil habitantes, porém fazia parte da cultura os grupos se subdividirem quando esse número aumentava. O grupo que partia à procura de novas terras se tornava, no futuro, hostil e estranho aos membros do grupo de origem. Este foi um fator de desvantagem no período da colonização, pois, segundo Ribeiro (2004), a hostilidade entre tribos rivais favorecia o aliciamento feito pelos portugueses, que incentivavam a guerra de índio contra índio.

Por possuírem um sistema organizado e igualitário, as tribos não se preparavam com tanta veemência para lutar em guerra, contra os que dominaram suas nações. Ao passo que os índios lutavam com arcos e flechas, tacapes, os europeus possuíam a seu favor a tecnologia da época como, por exemplo, seus bacamartes (arma de fogo), canhões de pólvora, embarcações a vela, astrolábio (equipamento utilizado nas navegações em 1500, para medir distâncias) e outros instrumentos que colocaram os portugueses em posição de vantagem (Ribeiro, 2004).

De acordo com Silva (1992), aos olhos dos europeus, os indígenas eram vistos de uma perspectiva racista. Julgava-se o povo que ali estava como uma raça inferior e subumana que deveria ser explorada, doutrinação e dominada, como aponta os escritos de Pero Vaz de Caminha(1500 citado por Silva, 1992):

E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar, uma vez que o nosso senhor lhes deu bons corpos e bons rostos. E ele nos parou aqui trazer, creio que não foi sem causa. E portanto vossa alteza, pois deseja acrescentar a santa fé católica, que deve cuidar da salvação deles. (p. 81).

Em nome da fé cristã, as armas foram usadas como instrumento de dominação e mecanismo para manter a opressão. Para Freyre (1900-2001), no entanto, na colonização do Brasil ocorreu o encontro de duas culturas, uma desenvolvida e a outra, subdesenvolvida, de forma harmoniosa. Para esse autor, por serem os portugueses um povo constituído por etnias e culturas diferentes, essa condição os tornava flexíveis e possuidores de mobilidade e, dessa forma, preparados para conviverem com a diversidade cultural, ainda que o outro pertencesse a uma raça inferior. Percebe-se que Freyre (1900-2001) olhou a história da colonização brasileira por uma lente romântica, e assim não percebeu o massacre que ocorreu contra os povos indígenas.

Ribeiro (2005), em contrapartida, afirma que ao colonizarem os índios, os portugueses praticaram um verdadeiro genocídio, exterminando nações inteiras, roubando suas terras, contaminando seus povos, escravizando e decapitando os seus líderes. Os jesuítas, em sua contribuição ao processo de colonização e em nome da fé como instrumento de transformação, usaram a catequização para fazer dos índios criaturas servis e domésticas, porém, depois, passaram a disputar com os colonos o controle do trabalho indígena. Ainda segundo esse autor, esse processo não trouxe

apenas a dizimação pelas guerras, mas a submissão e a sobreposição cultural, realidade não muito distante da vivenciada pelos indígenas que restaram atualmente nos territórios brasileiros.

Freyre (1900-2001) assinala que a forma como os portugueses colonizaram o Brasil foi inovadora por suas técnicas econômicas e de políticas sociais. No primeiro momento, os portugueses ativeram-se à exploração da riqueza vegetal. Em seguida, passaram a utilizar o conhecimento dos índios e até mesmo, o das mulheres. A integração bem-sucedida levou à escolha das mulheres indígenas para a constituição de novas famílias. Essa política de desenvolvimento evitou a segregação e extermínio, como ocorreu com os povos vizinhos do México e Peru, colonizados pelos espanhóis.

De forma contrária, Cunha (2006) aponta que os indígenas foram quase que extintos das suas terras pelo encontro de dois povos distintos em sua cultura e visão de mundo, pois predominava entre os portugueses a ganância alimentada pelo capitalismo mercantil. Para o autor o encontro dos povos culminou em um genocídio contra os indígenas, dizimados pelas armas e contaminados pelos portugueses. Em nome da expansão tanto exploratória, quanto territorial, a matança continua viva para atender aos interesses da cultura dominadora (Cunha, 2006).

Ribeiro (2005) aponta que os índios da Amazônia ainda se deparam com condições vividas por seus ancestrais na colonização do território nacional. As florestas indígenas são exploradas, e os índios aliciados para participarem de atividades produtivas para os dominadores, que os utilizam como mão-de-obra escrava. Grupos como os dos seringueiros exterminam e dominam tribos inteiras (Ribeiro, 2005).

Para obter mão-de-obra escrava, eles seqüestravam as mulheres e crianças da tribo, tornando-os reféns. Os homens sujeitam-se a fazer o que lhes for determinado pelo seqüestrador, para ter a liberdade de sua família de volta. Quando se depara com as

condições vividas em um período tão recente pelos indígenas, pode-se remeter ao período de colonização, em que os portugueses, embora de forma mais amena (se é que se pode chamar qualquer tipo de violência humana de amena), recrutavam mão-de-obra escrava e aliciada mediante o cunhadismo, pois o colonizador, ao casar-se com varias mulheres indígenas, se tornava membro de sua família que permanecia à sua mercê e dominação (Ribeiro 2005).

De acordo com Ribeiro (2005), para o índio do seringal, todo o processo de exploração de sua floresta pelo não-indígena representa a degradação de sua vida, família e cultura, aniquilando assim a união tribal, impondo ao índio um regime de exploração constante, ocorrendo em alguns casos a fuga ou o enfrentamento da própria morte. Relata ainda esse autor que a economia extrativista do seringal efetuada pelo não-indígena é a mais devastadora impondo ao índio a condição de miséria absoluta.

Conforme Grupini (1998), a violência, como a apresentada, esmaga a condição indígena. É como se os índios executassem uma dança macabra, pois passam da condição de gentis, prontos para serem domesticados e catequizados, à condição de bárbaros, de canibais, o que serve de justificativa para a invasão de aldeias, e a escravização, ou a morte dos indígenas.

Ribeiro (2005), em seu estudo sobre os efeitos da colonização dos povos indígenas, afirma que, mesmo em contato constante com o colonizador e a imposição de sua cultura, eles não foram aculturados. Ocorreu uma transfiguração étnica, processo pelo qual o índio, mesmo em confronto constante com a cultura dominadora, se manteve como entidade étnica. Dessa forma, embora perdendo parte de sua cultura e de seus mitos, ele permaneceu sendo índio e manteve a sua identidade.

O fato de haver a interferência direta na cultura indígena afetou o sistema tribal. Por exemplo, nessas comunidades, o número de natalidade foi altamente reduzido por

uso de métodos contraceptivos que antes era usados apenas pelos não-indígenas (Ribeiro, 2005).

Laraia (1963, citada por Pagliaro, 2005), aponta que o povo Suri do Pará, para se adaptar à nova realidade, necessitou fazer arranjos sociais. Os Suri, por exemplo, praticavam a poligamia (homens casados com várias mulheres), mas passaram a ter práticas matrimoniais poliandricas (mulheres casadas com vários homens). Relata a autora que a poliandria era uma prática incomum entre os indígenas brasileiros. Provavelmente essa estratégia foi uma das várias formas utilizadas para manter a existência do grupo.

Entretanto, a luta para manter a existência grupal torna-se um direito assegurado por lei. Em 1910, foi instituída a lei que devolvia o direito indígena a ser novamente dono de suas terras, e o direito de expressão social, de ser ele mesmo. Porém, ter os direitos afirmados por um decreto de lei, não levou a seu cumprimento. O povo não-indígena obstrui a lei e descumpe o direito indígena, gerando severas complicações na relação entre índio e não-índio, Laraia (1963, citada por Pagliaro, 2005).

Segundo Ribeiro (2005), não se trata de uma realidade muito distante, pois em pleno século XXI, a lei ainda não é cumprida, como é o caso da reserva indígena Raposa Terra do Sol, no estado de Roraima. De um lado, os índios lutam pela demarcação de suas terras, direito assegurado por lei, de outro, os arroteiros (colonos) usam o seu poder capitalista para usurpar o direito da terra indígena. Essa contenda iniciou-se em 1919, quando o Serviço de Proteção ao Índio começou a demarcação física da área, que estava sendo invadida pelos fazendeiros. O mecanismo usado pelos fazendeiros para manterem-se nas terras indígenas, lembram os métodos utilizados pelos colonizadores portugueses, que aliciavam os indígenas para defender sua causa (<http://www.socioambiental.org>). Cerca de 70% das terras indígenas foram demarcadas,

e 99% delas estão no Amazonas, compreendendo um total de 106. 359, 281 hectares, um total de 12,5% do território nacional (IBGE, 2005).

Pagliari (2005) faz algumas reflexões sobre o crescimento da população indígena, já que o maior índice se concentra nas áreas urbanas. Para o autor, o crescimento teria ocorrido por aumento da natalidade, ou por ter aumentado o número de pessoas que passaram a se declarar como parte dessa categoria específica. Os indivíduos sentem-se vítimas de preconceito por pertencerem à etnia indígena, poderiam auto declarar-se como pertencendo a outra categoria, livrando-se assim de vários rótulos ligados à categoria de origem, haja visto, que as minorias foram sempre excluídas socialmente.

De acordo com Grupini (1998), a exclusão social ainda está entranhada na relação dos não-indígenas com os indígenas. Após 500 anos, os indígenas ainda são vistos como cidadãos de segunda categoria, como comprova o linchamento de supostos trabalhadores dos arroteiros, que houve em Raposa Terra do Sol. Os juristas acusaram os padres e as organizações não governamentais (ONGS) e outros. Os colonos não foram citados e, dessa forma, a justiça deixou de enfrentar uma problemática maior – a luta pela terra e o reconhecimento de direitos dos índios ou seja, um problema de ordem social. Se legalmente os verdadeiros culpados fossem apontados, a justiça teria que abordar um problema social em voga e assumir que existe uma categoria específica que luta pelo direito de posse da terra, o que permitiria aos índios adquirir visibilidade.

Arruda (2001) diz que os indígenas são vistos por lentes contraditórias. O índio como símbolo de liberdade natural, e o índio como impasse e atraso para o desenvolvimento. Esses modelos são ativados pela necessidade do momento. Quando se quer interferir na sua organização social e quando se tenta impor regras, ele passa a ser considerado um indivíduo arcaico que necessita de tutela. Seus tutores determinam que, para haver desenvolvimento, é necessário abrir espaço para a exploração de suas terras

por mineradoras, hidrelétricas e outros que atendam os interesses do capital. Porém, para que se venda uma boa imagem social do indígena, a fotografia deve ser tirada de um ângulo, o índio em suas terras, caracterizado como tal, pintado e livre.

Arruda (2001) ainda afirma que para se integrar aos interesses da sociedade nacional, o índio ainda é visto por outra lente contraditória. Quando vive de acordo com seus costumes e tradições, é considerado incapaz, e por isso, também deve ser tutelado como não cidadãos. No entanto, à medida que se integra, e faz uso de práticas da cultura dominante, torna-se menos índio, perde os direitos dos grupos étnicos, incluindo o de obter a posse de suas terras. Dessa forma, o índio ou é objeto da imagem social desejada, ou um indivíduo genérico, sem direitos.

Entretanto o estudo de Arruda (2001) remete a pensar que, independentemente do que o indígena faça, ele sempre será julgado conforme os interesses da sociedade não-indígena. O indígena, de certa forma, será sempre responsabilizado pela sua situação atual. Pode-se então questionar se a responsabilidade da situação indígena é do próprio índio, dos colonizadores ou até mesmo dos brasileiros não-indígenas. A situação atual dos povos indígenas é sempre questionada e como mostram os estudos, eles mudam de um lugar para outro dependendo do interesse do não-índio. Um exemplo claro é passar do lugar de produtor de monocultura para latifundiário improdutivo.

Relata Arruda (2001) que, quando faz jus aos direitos do povo indígena, ele passa também a apresentar uma nova imagem, a do índio latifundiário. Este, por sua vez, é visto como improdutivo e detentor de muitas terras que, se trabalhada e produzindo, resolveria em grande parte a miséria, promoveria o desenvolvimento social e capitalista desse povo. Compreende-se então, que não importa o movimento que o indígena promova em detrimento do que deseja seu povo, ele dependerá dos interesses políticos e ideológicos dos não-indígenas.

Alguns membros de tribos indígenas, trabalhando em prol das políticas indigenistas, oscilam entre a fidelidade a seu próprio povo, a seus valores, costumes, e a atração pelo mundo dos não-indígenas. Eles se encantam com as mordomias e regalias que esse universo lhes proporciona e passam a defender outras políticas que não as do interesse do seu povo, ou até mesmo a defender os seus próprios interesses, por posições antes desconhecidas, como *status* que o cargo lhes proporciona perante os demais membros de sua tribo. Segundo Ricardo (2001), atrair e seduzir os índios são forma de manter o controle colonial sobre um povo desconhecido.

Ricardo (2001) aponta que, em pleno século XXI, o que se sabe acerca dos indígenas são as idéias e imagens que se vende sobre esses povos. A imagem dos indígenas vinculadas pelos meios de comunicação e fragmentada trata-se de “histórias superficiais e imagens genéricas, enormemente empobrecidas da realidade”. (Ricardo, 2001, p. 65). Um bom exemplo desse viés é que apesar de existirem mais de 200 povos falantes de 180 línguas distintas (IBGE, 2005), a mídia nacional refere-se a eles apenas como “índios”, como se fossem todos iguais.

Segundo Ricardo (2001), as várias sociedades indígenas são designadas por funcionários de agências do governo que usam características comuns dos indivíduos para a determinação do nome do povo. Esse foi o caso dos Cinta Larga, que por usarem uma embira de madeira larga na cintura, passaram a receber essa denominação. Em outros casos, o nome foi dado por algum inimigo que trabalhava com os pacificadores, e assim, lhes atribuíam um nome com conotações pejorativas, como o dos Kayapo, que significa semelhante ao macaco. Outro fator foi a dificuldade de comunicação nos primeiros contatos com os pacificadores que designavam seu nome com a sua interpretação da língua. Enganos em relação aos nomes dos povos indígenas fazem parte da sua história. Em 1997, o sociólogo e ex-presidente, Fernando Henrique

Cardoso, cometeu um erro por desconhecer as especificidades dos povos e trocou o nome da tribo dos Pataxó de Coroa Vermelha por outro semelhante (Ricardo, 2001).

De acordo com Allport (1954-1979), é freqüente a supergeneralização. Ao realizar um pré-julgamento de um individuo sem conhecê-lo, atribuindo-lhe características de determinados grupos ou etnias, por uma presumida pertença, e sem a garantia de que essas características são verdadeiras, incorre-se em erro e em uma generalização. Geralmente essas generalizações étnicas estão ligadas a pré-julgamentos negativos, e se deve salientar que nem toda generalização exacerbada é um preconceito, assunto que será tratado no capítulo 2.

De acordo com Grupini e Vidal (2001), assim como Allport (1954-1979), em seus estudos sobre o preconceito realizados há cinquenta anos, conhecer as especificidades das nações indígenas faz que se incorra no erro de tratar os desiguais como iguais. As políticas que se referem a grupos minoritários, e em posição de desigualdade, não podem ser as mesmas usadas para tratar a sociedade nacional e, se deve destacar, no caso, grupos minoritários indígenas. Há que se reconhecer que existem diferenças sociais gritantes entre os grupos indígenas.

Oliveira (1996, citado por Grupini e Vidal, 2001) aponta a dificuldade em aceitar a diversidade, sobretudo se ela se refere a classes minoritárias. O diálogo e as relações sociais são dificultadas pelas representações preconceituosas e discriminatórias do outro. Quanto mais o outro se distancia dos valores e parâmetros da classe dominante, maior é a intolerância em relação a ele. Os autores apontam que a tolerância no tocante ao outro não significa caridade, mas sim respeito aos direitos iguais, ao outro, uma atitude ética no relacionamento como ser humano. Trata-se de comportamentos que podem ser acordados já que fazem parte de um direito universal, o das igualdades.

Conforme Oliveira e Souza Filho (1996, citados por Grupini e Vidal, 2001), para

que se reconheça o direito do outro é necessário fugir do discurso hegemônico ditado pelo eurocentrismo. Os direitos humanos só existem quando se respeitam um povo por completo, aceitando sua singularidade, respeitando suas ações, tradições e necessidades. Assim, não deve existir um direito universal, mas um direito de cada povo e conforme suas próprias perspectivas. O único direito universal deveria ser o direito de um povo não violar os direitos de outros, e na mesma perspectiva, o direito supremo de liberdade absoluta para ser quem se é, viver de acordo com seus costumes e regras.

Souza Filho (2001) afirma que, quando se trata de liberdade e respeito ao outro, há que se lembrar que a pedra fundamental da Declaração Francesa dos Direitos Humanos, de 1789 é a liberdade. Dessa forma, é possível a expressão de pensamento, religião, crenças e liberdade de mudar a maneira com que se manifestam a crença religiosa e outros pensamentos e costumes. A expressão é um direito assegurado tanto no âmbito público quanto privado. Os mesmos direitos devem ser assegurados a outros grupos que também não devem ser prejudicados pela expressão de nenhum outro. A constituição nacional baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos deveria assegurar as situações do direito do homem. O Brasil escreveu sua primeira Constituição em 1824, e a escravidão chegou ao fim em meados de 1888, donde se conclui que os preceitos humanos nem sempre foram cumpridos.

Lassalle (1998, citado por Souza Filho, 2001) chama a constituição de folha de papel, porque ela não assegura o que diz ser bom e justo, pelo contrário, perpetua a dominação, e quando não o faz, é só um papel para ser rasgado e descumprido. Porém, Souza Filho (2001) assinala que, por serem insuficientes, os preceitos da Declaração Francesa, que alicerçaram a maioria das constituições, passaram por algumas alterações. Assim, em 10 de dezembro de 1948, foi estabelecida a Declaração Universal dos Direitos dos Homens. A proposta da declaração foi traduzida para as constituições como

princípio civilizatório, imposto a todas as culturas mas indiferentes às singularidades dos povos.

Krenark (2001) ressalta que, para que se respeitem os direitos do outro, é preciso saber que ele existe. Os conflitos e indiferenças em relação ao povo indígena perdurarão enquanto as relações sociais não forem direcionadas para aceitar e respeitar a diversidade. Deve-se respeitar a história que alicerça um povo e não apenas aceitar a história construída com base em um ideal do homem, segundo a concepção colonizadora. De acordo com Cunha (2006), os não-indígenas querem preservar uma história dos indígenas como se ela fizesse parte apenas do passado, como se os indígenas fossem fósseis que devem ser preservados para serem lembrados, mas que não devem estar anexados ao presente. Krenark (2001) aponta que aceitar o outro e aceitar sua história é perceber que o mundo é um lugar de diversos povos.

Conforme Krenark (2001), se for nítida a concepção de que há uma sócio-diversidade, os homens podem agir diferentemente dos antigos colonizadores. Existem povos que ainda estão sendo descobertos, outros são conhecidos apenas há cinco ou dez anos, porém parece que a indiferença em se conhecer o outro, quando ele é minoria, ainda permanece. Novamente a oportunidade de ter uma convivência, aprender por meio dela, está sendo perdida. Ricardo (2001) aponta que a intolerância é uma idéia ainda fecunda na sociedade nacional, como pode ser percebido nos conflitos no Acre.

Um exemplo dessa situação é dado por Ricardo (2001) ao tratar do problema que ocorre em um município do Alto Taruaca, estado do Acre. Alguns índios que vivem isolados e sem contato com os não-indígenas entraram em conflito com os seringueiros, por estarem sendo expulsos de sua própria terra. A solução encontrada para esse problema pelas autoridades locais e seringueiros foi reunir uma comitiva para caçar e matar os “*bravos*”. Diante dessa situação, pode-se questionar qual povo é bárbaro, os

indígenas ou os não-indígenas? Um membro da tribo Kaxinawa, parente próximo da tribo isolada, interveio em favor de sua família. Por ser vereador, esse membro participante da sociedade não-indígena, teve a oportunidade de discursar para as autoridades locais:

Olha, vocês tem recebido notícias dos nossos parentes que estão chegando na cabeceira do rio. Os índios isolados, desde muito tempo, quando os brancos chegaram aqui e ocuparam essa parte do rio com os seringais, eles já estavam aqui. Vocês não sabiam e se estabeleceram aqui esse tempo todo. Nós sempre soubemos que eles estão aqui. Agora que está diminuindo a circulação de pessoas acima do rio, eles estão vindo caçar de novo, estão vindo pescar, estão andando por aqui. E vocês não precisam reagir com violência, juntando um grupo de homens armados, entrando para matar, incendiando aldeias. Vocês já fizeram isso com o meu povo Kainawa há cem anos atrás. Agora estamos baixando da cabeceira do rio para vocês respeitarem os Kaxinawa antigos e deixarem esses novos que estão descendo a cabeceira do rio chegarem. Nós estamos tendo dificuldade com eles também. Mas vocês podem ter certeza que todos os ataques que eles estão fazendo lá para baixo é porque eles tem lembrança das violências que vocês fizeram com eles. Eles não estão agredindo vocês gratuitamente ou a toa. Não estão adiantando nenhum conflito com vocês. Vocês deixem presentes nas trilhas onde eles circulam. Essa gente que está chegando aqui na cabeceira do rio está querendo amizade, está querendo conviver. Eles também tem o direito de conviver aqui. Tem florestas para vocês conviverem como os seringueiros. Nós já deixamos vocês entrarem aqui há muito tempo. E tem floresta também para estes outros parentes que estão

virando para a cabeceira do rio (Tene, da tribo Kaxinawa citado por Ricardo 2001, p. 77-78).

Esta foi uma tentativa de manter o diálogo e a tolerância entre os povos.

Segundo Freyre (1900-2001), os portugueses, forçados por sua política de colonização e também por questões geográficas, competiam com os indígenas em situação de igualdade. Os portugueses igualmente não possuíam consciência de raças, portanto, para eles, independentemente da cor ou etnia, se o outro praticasse o catolicismo seria tratado como irmão. Para Freyre (1900-2001), um exemplo da prática dessa igualdade foi a miscigenação, por isso houve um crescimento paulatino dos mestiços. Compreende-se, dessa forma, que o desaparecimento dos indígenas deu-se pela mistura de raças e não por intolerância a uma raça considerada inferior. Contudo, como Ribeiro (2004) demonstra em seus estudos, ocorreu na colonização portuguesa não uma miscigenação, mas sim um verdadeiro extermínio e nações indígenas inteiras foram dizimadas. Realidade também não muito distante relata Krenark (2001) e ele questiona o desaparecimento despercebidos de varias comunidades indígenas.

Krenark (2001) aponta que a intolerância ainda está instalada na relação com o não-indígena e questiona como é possível ter tolerância se o não-indígena possui do povo indígena uma visão evolucionista de desenvolvimento, o mesmo erro cometido pelos portugueses colonizadores. Aos indígenas é apresentado um modelo que deve ser seguido, e que geralmente estratifica a sociedade e distancia uns dos outros, opondo-se ao tipo de sociedade vigente nas nações indígenas. Assinala ainda o autor que se compreende que índio bom não é o que segue o modelo, mas sim o invisível ou isolado.

Krenark (2001) questiona ainda o que será feito das pequenas comunidades que resistem com duzentos ou trezentos membros. Geralmente, eles são vítimas de isolamento social e político, por não conseguirem seguir o modelo estabelecido ou a

relação esperada com o mundo à sua volta. O isolamento forçado por falta de aceitação assemelha-se ao “*apartheid*”. Essas comunidades vivem em constante pânico, pelo perigo que representa o mundo a sua volta. O temor justifica-se porque uma comunidade com poucas centenas de membros muitas vezes são até impensáveis, em um mundo no qual tudo ocorre de forma rápida e o que é importante hoje deixa de sê-lo amanhã. O risco iminente dessas comunidades é de deixar de existirem do dia para a noite e se tornarem apenas mais um retrato na parede, sem que ninguém perceba o que ocorreu com o povo que persistia em existir. Um exemplo disso é citado por Ribeiro (2005): no sul do Maranhão, habitavam quinze tribos do povo Timbira, mas apenas quatro alcançaram o século XX.

O desaparecimento de inúmeras comunidades, transformadas apenas em imagens presentes nos livros e nas pinturas aponta uma invisibilidade mais ampla, a social, invisibilidade de todo um povo e não apenas de algumas comunidades que foram esmagadas sem serem vistas. Segundo Freyre (1900-2001), o Brasil usa o termo democracia racial para designar a idéia de relações sociais efetivadas no campo da igualdade e direitos para todos. No entanto, Ribeiro (2005) declara que os indígenas foram e ainda são vítimas do extermínio, usurpação dos seus direitos e classificações pejorativas. Pode-se dizer então, que nos relatos dos autores discutidos há uma contradição, a existência de um mito democrático pois persiste o preconceito instalado nas relações do não-indígena com os indígenas.

Para Pettigrew (1958), o contexto histórico sócio cultural é a pedra fundamental para a formação do preconceito. Cunha (2006) diz que fazem parte do processo histórico da colonização do Brasil, a usurpação das terras indígenas e a subjugação desse povo e o desrespeito a eles. Tais fatores explicariam a concepção do não-indígena, que ainda perpetua a barbárie contra os indígenas, porém estabelece de forma sutil.

De acordo com Arruda (2001), a concepção de intolerância está impregnada na relação do não-indígena com o indígena, o que explica o discurso contraditório de que os direitos dos indígenas devem ser resguardados pela lei, porém, quando isso se torna fato, o discurso muda. No caso das terras, ao obter o direito de demarcação, o índio passa a ser considerado um latifundiário improdutivo, e seus direitos, questionados pelos não-indígenas. Pode-se compreender que, se trata de preconceito instalado na concepção de sociedade moderna. Conforme Meyres (2000), o preconceito escancarado foi trocado por uma forma mais sutil.

Para compreender essas manifestações, faz necessário ter maior clareza acerca de preconceito, grupos, categorias sociais e identidade social. Para Tajfel (1982), existem algumas condições para a discriminação de um indivíduo pelos demais grupos. O sentimento de pertença social é uma das primeiras condições que leva o indivíduo ou um grupo a favorecer o próprio grupo em detrimento dos demais. Em outras palavras, quando um indivíduo pertence a um determinado grupo social, ele tende a dar uma maior valorização a seu grupo de pertença e desqualificar o grupo ao qual não pertence. Entretanto, esse assunto será discutido mais detalhadamente no próximo capítulo.

CAPITULO II

PRECONCEITO

Para iniciar a discussão sobre o preconceito e da discriminação contra os povos indígenas e outros grupos étnicos, é necessário conhecer o seu conceito, haja vista que os estudos da maioria dos autores apresentados no capítulo I apontam que tal fenômeno medeia a relação do não-indígena com o indígena brasileiro.

De acordo com Allport (1954-1979), a definição de preconceito passou por três estágios até atingir uma conotação em que as emoções estão envolvidas. Primeiro, esse conceito tinha uma conotação de pré-julgamento, efetuado com base em decisões antecipadas e experiência. Em segundo, tratava-se de um julgamento prematuro e apressado sem conhecimento prévio. E terceiro, assinalava uma conotação emocional, em que o indivíduo preconceituoso se coloca favorável ou desfavoravelmente em detrimento de grupos ou indivíduos, porém continua com um julgamento sem sustentabilidade dos fatos.

Conforme Allport (1954-1979), prejudicar alguém por ele pertencer a uma etnia ou a determinado grupo, baseando-se em generalizações, sem nenhum fato real para a aversão, incorre em expressão do preconceito. Segundo esse autor, o preconceito pode existir tanto em sua forma positiva, como negativa. Ressalta ainda que existem várias formas de ações negativas do preconceito. Um exemplo do preconceito positivo é dizer que todos os ingleses são extremamente pontuais, atribuindo-se uma característica a toda uma população talvez por uma experiência individual. Porém, neste capítulo, o estudo será sobre preconceito negativo.

Allport (1954-1979) aponta cinco ações desenvolvidas por indivíduos preconceituosos. A primeira é a evitação do contato oral; nessa ação, o indivíduo

procura não manter diálogo com membros do grupo antipatizado. A segunda ação é a evitação física; nesse estado, o indivíduo mantém distância do membro do grupo rechaçado; existe a discriminação, porém, não é explícita. A terceira ação é a discriminação, condição em que o indivíduo rechaça e exclui o membro de determinada categoria antipatizada por ele, e a discriminação, por ser a expressão do preconceito, tem efeito social imediato. A quarta é o ataque físico, em que o indivíduo, movido por intensa emoção, ameaça o membro do grupo implicado ou parte para ato de violência física. A quinta e última ação é o extermínio, caso em que as minorias passam a sofrer ataques organizados, linchamentos ou até mesmo genocídio. As etapas das ações não possuem uma ordem fixa, podem ocorrer tanto de baixo para cima como de cima para baixo.

Após conhecer as cinco ações apresentadas por Allport (1954-1979) e com a leitura do capítulo 1, pode-se dizer então, que os não-indígenas ainda exercem sobre os indígenas as seguintes ações: evitação física, discriminação, e, em alguns momentos, ataque físico. Os indígenas passaram por extermínio e ataque físico, como se pode ver no estudo de Cunha (2006), em que o autor relata que os povos indígenas sofreram um verdadeiro genocídio. O processo de colonização portuguesa foi brutal, extirpando da face da terra inúmeras nações indígenas. Porém, na realidade atual, apresentada por Arruda (2001), a prática da política de desenvolvimento exige que o indígena se torne o mais parecido possível com o não-indígena, mas, quando isso ocorre, ele é visto como menos índio. Dessa forma, pode-se concluir que o indígena passou por extermínio, violência física, até chegar às etapas atuais.

Retomando a questão inicial, de acordo com Allport (1954-1979), existem alguns ingredientes essenciais ao preconceito, a hostilidade explícita e a rejeição. No entanto, a hostilidade não ocorre por alguma característica objetiva que o indivíduo hostilizado

possui, mas se trata de algo atribuído a ele. A rejeição está alicerçada em uma base categorial, e o indivíduo passa a ser avaliado por uma presumida pertença grupal ou não. Diante desses elementos, compreende-se então, que ocorre uma ampla generalização, e o indivíduo é visto com todas as características atribuídas á categoria a que pertence.

De acordo com Brown (1998), a categorização social é um processo construído socialmente e com base nas construções individuais, portanto, um processo sociocognitivo. A categorização é vista como uma forma de classificar o que parece semelhante. Para quem está do lado de fora da categoria, ela é vista como homogênea: todos os seus membros são percebidos como iguais, e, dessa forma, há uma invisibilidade para as diferenças. Entretanto, quem pertence à categoria tem uma percepção das diferenças existentes entre seus membros.

Para Brown (1998), a categorização vai além de um processo de simplificar e organizar a cognição humana, pois ela tende a enfatizar as diferenças entre as categorias e a minimizar as diferenças existentes no seu interior. Portanto, há um processo de acentuação e assimilação, o que torna as categorias mais funcionais quando evocadas.

Segundo Allport (1954-1979), a mente humana lança mão de alguns mecanismos facilitadores, e por ser difícil classificar cada objeto por ele mesmo, eles são classificados como iguais ao que lhe é semelhante. As informações são organizadas por categorias, e diante de um evento, de forma grotesca, o objeto é enquadrado em uma determinada categoria, e assim, realiza-se uma ampla generalização. Um exemplo é que, por não conhecer o índio e suas especificidades, os membros de diversas tribos simplesmente denominados “índios”. Salienta ainda o autor que nem todas as generalizações são necessariamente um preconceito que pode ser apenas um conceito facilitador. Porém, ao fazer essas classificações de indivíduos e etnias, incorre-se em

erros. Pode ser um erro ordinário, ou um pré-julgamento que se transforma em preconceito, ou não.

Conforme Allport (1954-1979), quando um indivíduo é capaz de retificar seu julgamento sem resistência emocional, ao se deparar com novas evidências de um fato julgado anteriormente, ele incorre apenas em um erro ordinário; ele pode ter aprendido alguma crença de forma errônea, mas ao deparar-se com um novo evento, ele consegue desfazer a construção anterior. No entanto, quando se constrói uma concepção em relação a uma categoria, e existe evidência de que essa concepção é errônea, e o julgamento não é revertido, ele se torna preconceito. Compreende-se, dessa forma, que um erro ordinário ou de julgamento é reversível, já o preconceito é muito difícil de ser desconstruído.

Allport (1954-1979) aponta que o preconceito é uma idéia de valor introjetada pelo indivíduo, que atribui esse valor ao outro, para deixá-lo em posição de desvantagem. O autor assinala que alguns estudiosos defendem a idéia de que o comportamento só deve ser considerado preconceituoso quando viola normas e regras de uma cultura, inserindo assim a discussão na compreensão de crenças e valores de cada povo.

Para Allport (1954-1979), nessa perspectiva, o que é ou não preconceito depende do que é prescrito pela cultura e aprovado socialmente, ou seja, as representações preconceituosas são construídas nas relações intergrupais. Dessa forma, a cultura constitui a pedra fundamental dessa compreensão, haja vista que uma sociedade vive de forma discrepante em relação as outras. Um exemplo desse fato é apontado por Ribeiro (2005), segundo o qual o encontro de duas culturas antagônicas, a indígena e não-indígena, ocorreu em solo brasileiro, mas a cultura indígena era vista como inferior. Os portugueses violaram todas as crenças e práticas do povo indígena que julgavam inferior

a eles. Allport (1954-1979) aponta que um julgamento só se torna preconceito quando infringe o que determina a cultura de cada povo. Pode-se compreender então que os índios foram vítimas do preconceito e tiveram todas as suas normas e leis culturais violadas.

De acordo com Allport (1954-1979), os grupos humanos tendem a manterem-se separados. Os indivíduos procuram categorias que se assemelham a eles, e, dessa forma, encontram um ambiente seguro e coeso, porém, essa coesão, em alguns casos, se dá por conveniência. No contexto categorial, o indivíduo não tem necessidade de fazer ajustamentos para conviver com a diversidade, e nessa configuração, mantém-se em posição confortável. Porém, nesse limite categorial, ele pode ter uma comunicação reduzida com os outros grupos, e facilmente exagera o grau de diferença entre o endogrupo e o exogrupo, o que pode levar a conflitos verdadeiros ou imaginários. É mais fácil construir uma imagem geral do outro grupo e enquadrar todos os pertencentes daquele grupo aquela imagem já construída do que conhecer as especificidades individuais.

Segundo Brown (1998), existem conseqüências sociais dessa distinção entre endogrupo e exogrupo. Uma dessas conseqüências é o comportamento discriminatório. O indivíduo tende a dar uma maior valoração aos membros do seu grupo (favoritismo) e a rebaixar a condição do exogrupo. Além do favoritismo, entrelaçando-se com a categorização, a construção de imagens e características atribuídas ao exogrupo, que, no caso, são os estereótipos.

Conforme Brown (1998), os estereótipos são características atribuídas a determinados indivíduos por pertencerem a uma categoria específica. Os estereótipos podem servir de guia para distinguir comportamentos em contexto intergrupar. Os estereótipos estão atrelados á estereotipia. Para Tajfel (1981), “os estereótipos são

atribuições de características psicológicas gerais a grupos humanos” (p. 148). Porém, quando se classificam todos como iguais, corre-se o risco de julgar um grupo com base em características individuais ou vice-versa. Quem usa o viés do endogrupo como guia para julgar um exogrupo, certamente, incorre em erro.

Brown (1998) aponta que o julgamento prévio de determinada categoria social faz que se busque nos estereótipos a confirmação do que se deseja, não permitindo uma distinção do real. Nesse caso, os estereótipos são confirmatórios, formando um círculo perverso. O julgamento de outras categorias com base em seu próprio juízo de valores ou de sua pertença social, pode provocar erros e conseqüências preconceituosas.

De acordo com Tajfel (1982), o sentimento de pertença, ou a identidade social, é definido como o conhecimento que o indivíduo tem da sua pertença a grupos sociais, imbuído de valores e significados emocionais únicos, singulares, constituindo uma concepção de identidade que é definida com base em categorias sociais. Esse autor assinala que o indivíduo, como ser social, “esforça-se para construir um conceito ou uma imagem satisfatória de si próprio” perante a sociedade em que vive (p.290). Nessa perspectiva, o indivíduo reconhece-se e reconhece sua identidade em termos socialmente definidos graças ao processo de categorização social, que pode ser entendido como um sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade.

Vignoles e Moncaster (2007) ressaltam a existência de seis possíveis motivadores para a pertença social. O primeiro, central, é a autodefinição de identidade. O segundo motivador são os elementos que possam agregar valores á própria identidade. O terceiro é o sentimento de autoestima. O quarto motivador é a segurança oferecida pelo grupo, para manter a continuidade de sua identidade. O quinto é a distintividade entre o indivíduo e os demais grupos. O sentimento de pertença grupal é estabelecido de acordo

com os significados que a pessoa atribui ao seu grupo. Então, quando o indivíduo integra tais motivadores, o indivíduo reforça e assegura a sua pertença, distinguindo o seu grupo dos demais e passa a fazer parte de uma categoria grupal.

Por outro lado, Tajfel (1981) aponta que categorização social é parte do processo básico para a construção da identidade social. A identidade social é mais do que o sentimento de pertença a grupos sociais, sobretudo é, a comparação que o indivíduo estabelece entre os seus grupos de pertença e os grupos alheios aos dele. A avaliação que o indivíduo faz de si mesmo depende da forma com a qual ele avalia o seu grupo.

Ainda, segundo Tajfel (1981),

a interação entre as diferenças de valor socialmente derivadas por um lado, e os mecanismos cognitivos da categorização por outro, têm grande importância em todas as divisões sociais em ‘nós’ e ‘eles’”, que, por sua vez, pode estar na base das questões sobre preconceito (p. 290).

Na distinção da própria pertença social, figura também a imagem que o indivíduo faz de si mesmo, do seu grupo de pertença, e também a imagem que ele faz dos outros indivíduos e dos outros grupos. As imagens e características atribuídas aos outros grupos podem ser constituídas em seu próprio grupo ou não. Após conhecer como o indivíduo constrói sua pertença social, e a imagem que faz dos outros, retoma-se à questão dos estereótipos e suas generalizações, haja vista que estão no cerne das generalizações as distinções da pertença e as imagens e características atribuídas aos outros grupos. Também é bom lembrar que estereótipos e preconceitos não caminham necessariamente juntos, porém deve-se atentar para tais generalizações grosseiras e suas conseqüências.

De acordo com Vignoles e Moncaster (2007), um outro fator pode explicar as generalizações errôneas e grosseiras e a forma como se constrói a identidade social. Os

autores expõem que, ao longo das décadas, são discutidos as motivações para a estruturação da identidade. Uma característica encontrada para explicar a discriminação contra outros grupos é o favoritismo do endogrupo, em que indivíduos preocupados em reforçar a sua identidade e a pertença grupal avaliam positivamente o próprio grupo em detrimento de outro grupo. Entretanto deve-se salientar que existem outros motivadores para tal favoritismo.

Segundo Vignoles e Moncaster (2007), a teoria da identidade social assegura que os indivíduos estejam sempre a procura de aumentar sua autoestima. Como o grupo passa a fazer parte do próprio conceito da pessoa, o indivíduo tende a ver mais positivamente o próprio grupo, pois assim ele também se percebe mais positivamente. Pode-se dizer então que existe uma avaliação circular, ou seja, o indivíduo avalia positivamente o seu grupo e, assim, a avaliação pessoal também é positiva, e reforça a autoestima do indivíduo. Portanto, a autoestima é um motivador para a discriminação intergrupala.

Com base no estudo de Vignoles e Moncaster (2007), pode-se compreender que os não-indígenas, para melhorar ou aumentar sua autoestima, a força de sua identidade, subjagam e avaliam negativamente o povo indígena. Os grupos indígenas, vistos dessa perspectiva, foram e serão sempre avaliados de forma negativa, porque os não-indígenas estão sempre em processo de busca para aumentar a sua autoestima e autoconceito. Dessa forma a relação do não-indígena com o indígena ocorre em um perverso círculo discriminatório.

Outra explicação de preditores para a discriminação é o estudo de Abrams e Hogg (1998). Eles afirmam que está implícita na identidade social a hipótese de autoestima. Assinalam esses autores que os indivíduos lutam para manter ou aumentar a autoestima, é como consequência surge a discriminação entre grupos sociais. Segundo os

autores, existem duas correntes de pensamento nessa direção. A primeira alega que o sucesso da discriminação entre os grupos reforça a identidade social e, conseqüentemente, a autoestima. Já a segunda afirma que a baixa autoestima é um estímulo para a discriminação, e com o sucesso, faz aumentar a autoestima.

Entretanto, Rubim e Hewstone (1998) apontam que apenas a primeira corrente de pensamento possui o apoio da comunidade científica que efetua estudos sobre identidade. A segunda corrente, por sua vez, é apenas uma hipótese de possíveis causas para a discriminação, mas não possui comprovação científica. Para, esses autores, ainda que a baixa autoestima possa motivar vários comportamentos não aceitos socialmente, trata-se, porém, apenas de uma suposição, carecendo, ainda, de comprovação científica.

Outra explicação de preditores para a discriminação é o estudo de Hogg (2000), segundo o qual, a discriminação e o favoritismo podem surgir em situações de insegurança. O autor assinala que, quando um indivíduo se encontra inseguro subjetivamente, ou quando o autoconceito e o contexto não estão claros para ele, há uma tendência em discriminar o exogrupo. Em condições de baixo nível de incerteza tanto o favoritismo quanto a discriminação tendem a ser eliminados.

Zagefka e colaboradores (2007), em estudo sobre preditores de atitudes negativas em relação aos imigrantes, hipotetizam que a concorrência econômica e a aculturação podem gerar atitudes negativas. Esse estudo foi efetuado com belgas e turcos, e se utilizou a aplicação de questionários que investigavam atitudes negativas de membros de minorias, os imigrantes.

O estudo evidencia que os imigrantes tendem a buscar contato com a maioria, porém quando são recebidos com atitudes negativas ou com tentativas de aculturação, eles se distanciam. A atitude negativa influencia a minoria e a maioria da sociedade padrão. Como consequência ocorre um distanciamento entre os dois grupos, e existe

uma maior probabilidade para formação de guetos, como mecanismo de sobrevivência e proteção da minoria (Zagefka e colaboradores, 2007).

Outro resultado do estudo de Zagefka e colaboradores (2007) ainda baseado nos dados dos questionários aplicados nos Belgas e Turcos, analisando preditores de atitudes negativas, é que, quando a maioria considera que existe uma concorrência econômica entre minoria e maioria, tende-se a aumentar as atitudes negativas da sociedade padrão (maioria). Entretanto, em condições de boa situação econômica no mercado de trabalho, há uma tendência para a queda das aversões contra a minoria, para quem porém restam apenas os subempregos. Contudo, em situação de crise, a maioria sente-se lesada e acredita que os imigrantes estão roubando os empregos existentes no mercado, dessa forma, existe uma tendência para atitudes negativas contra a minoria.

Os autores concluíram também que os imigrantes passam por algumas etapas no processo de contato com a maioria que são: integração, manutenção da cultura e identidade com o contato, assimilação e, por fim, a separação. Entretanto, essas etapas podem ocorrer de maneira alternada. Na primeira etapa, a integração, o imigrante deseja manter sua cultura, identidade e também o contato com a maioria. Na segunda, assimilação, a maioria deseja que o imigrante abandone a sua identidade e cultura para manter contato com ela (Zagefka e colaboradores, 2007).

Diante do que foi exposto acerca da primeira e a segunda etapa, pode-se dizer então que os não-indígenas que, por sua vez, são a maioria, não permitiram o surgimento da primeira etapa com o povo indígena. Dessa forma, foi negado ao povo indígena o contato com a preservação de sua identidade e cultura. Porém, a segunda etapa foi e ainda é um mecanismo utilizado pelos não-indígenas, em que existe uma pressão para que o índio abandone a sua cultura e se torne uma cópia ou o mais próximo possível, do não-indígena. Entretanto, deve-se salientar que, quando tal fato ocorre, o

índio passa a ser chamado de genérico, e a ser visto como “menos índio” gerando também reações preconceituosas, como, por exemplo, permitir que o índio se aproxime dos não-índigenas, mas mostrando que ele não faz parte do contexto não-índigena.

Zagefka e colaboradores (2007) apontam que a terceira etapa, a separação, o imigrante deseja manter sua identidade e cultura, além disso não possui interesse pelo contato com a maioria. Na quarta e última etapa, ocorre a marginalização, em que o imigrante mantém sua identidade, cultura mas não tem contato com a maioria, passando a viver em guetos para proteger-se das atitudes negativas.

O estudo apresentado remete á realidade vivenciada pelo povo não-índigena. Como se pode perceber na terceira etapa, o povo indígena, de tão rechaçado tende a se distanciar, para resguardar-se e continuar sendo apenas índio. Os índios que não se submetem ao que deseja o povo não-índigena são marginalizados e passam a viver á margem da sociedade, para se protegerem das atitudes negativas dos não-índigenas. Vivem então em bolsões de pobreza, com escassez de recursos econômicos e sociais.

Segundo Zagefka e colaboradores (2007), é desejável para uma boa relação entre maioria e minoria a promoção da integração. Nessa etapa, tanto maioria quanto minoria permanecem juntos, porém cada um mantém suas características. Compreende-se então que a integração é a melhor condição de relação entre maioria e minoria. Entretanto há que se salientar que, para a ocorrência da integração, é necessário, a aceitação das diferenças e o respeito ao outro, comportamentos que ainda não são praticados pelos não-índigenas, para que a condição de integração ocorra. Com a integração, o povo indígena deixaria de ser vítima das categorizações pejorativas e a generalizações diversas, como ocorre atualmente.

Para Allport (1954-1979), essas generalizações são convenientes, porque é mais fácil atribuir uma característica presumidamente individual para um grupo inteiro. E

dessa forma constrói-se uma imagem de um comportamento grupal, um estereótipo ligado àquela categoria. O contrário também é possível, atribuindo-se uma característica grupal a um de seus membros e prejudgá-lo por esse fato. Essas atribuições grupais podem também estar ligadas a questões étnicas e raciais.

Por outro lado, Garcia-Marques (1999) aponta que esses comportamentos de generalizações preconceituosas e atribuições de características aos grupos étnicos e as raças são de total responsabilidade do indivíduo que os praticam. O autor busca tal explicação na cognição social como perspectiva interdisciplinar. Por essa lente, os processos mentais que regem a cognição social devem ser trazidos à tona para explicar a própria cognição social. Os comportamentos condenados devem também ser explicitados, não com base na idéia de que o indivíduo desapareça com a razão, mas procurando identificar os processos cognitivos que estão por trás de tais comportamentos.

Para Garcia-Marques (1999), os estereótipos e o preconceito são vistos então como fruto do funcionamento da cognição básica. Conforme o indivíduo vai estruturando e amadurecendo suas funções cognitivas, ele tem condições de elucidar tais comportamentos e, portanto, de evitá-los. Dessa forma, compreende-se então que os comportamentos preconceituosos e racistas e as confusões que existem entre grupos raciais e os étnicos são práticas que poderiam ser mudadas, se os praticantes assim o desejassem.

Kluckhohn (citado por Allport, 1954/1979) aponta que existe um grande mal-entendido entre grupos raciais e grupos étnicos. A confusão pode originar-se de atribuições de hereditariedade a grupos raciais e de laços sociais e culturais a grupos étnicos.

De acordo com essas atribuições, os grupos raciais são vistos como se estivessem

ligados por traços genéticos e hereditários de forma indestrutiva, conferindo-se assim uma essência obrigatória; em outras palavras, atribuem-se ao indivíduo e ao grupo racial características genéticas implacáveis. Um bom exemplo citado pelo autor é o um homem negro que se casa com uma mulher, branca, e, dessa relação, nasce uma criança branca. A mistura racial, no entanto não é considerada, e a criança é vista como negra e dotada de mentalidade negra (como se houvesse distinção de mente negra e branca), o que demonstra a confusão racial.

De acordo com Allport (1954/1979), a raça tornou-se a pedra fundamental para a categorização de idéias sobre as diferenças humanas. Existem sete pontos cruciais que enfatizaram a questão racial. O primeiro ponto foi o darwinismo, quando Charles Darwin concedeu ao mundo uma classificação das espécies e suas imagens, dando a idéia de que deve existir a raça pura, portanto melhor do que misturada. Allport (1954-1979) assinala que alguns autores afirmam que do darwinista, surge um antagonismo racial e que também constitui um argumento para justificar o racismo e o preconceito.

Allport (1954-1979) aponta o segundo ponto, que enfatiza a raça e a herança familiar. Se algumas famílias possuem traços e características comuns, os traços são observados como característica imutável dessa família específica, e não como de uma raça, porque o contato não permite generalização. Na terceira questão, o autor questiona se realmente existe prova da existência de uma ou outra raça e que tal distinção possa ser feita por semelhanças de certos grupos. No entanto, essa distinção ocorre ainda nas escolas, quando se é criança apresentam uma lista do que supostamente constitui uma raça, negra, branca, amarela. Porém, trata-se uma forma errônea de distinção porque dela não há comprovação científica. Ao fazer um tipo grosseiro de distinção pela cor da pele, pode-se na verdade estar atribuindo características de

capacidade mental e moral a indivíduos.

Allport (1954-1979) assinala que a quarta questão consiste em tornar saliente apenas fragmentos visíveis do indivíduo e julgá-lo com base neles. Um exemplo é dizer que o indivíduo que possui um olhar inclinado é um sujeito agressivo. Dessa forma, incorre-se em exagero de uma característica e uma simplificação ao tentar enquadrar um indivíduo em uma categoria por um traço visível. O quinto ponto é não conhecer as especificidades de grupos étnicos e raciais e atribuir aos seus membros características de forma hereditárias. Um exemplo desse fenômeno é o que ocorre com os judeus, a quem, apesar de possuírem uma enorme complexidade tanto histórica, étnica, quanto religiosa, são atribuídos um rótulo racial comum, o de serem apenas judeu.

O sexto ponto é a exaltação sanguínea. Indivíduos sentem-se melhores do que outros por fazerem parte de uma linhagem, ou seja, possuírem sangue nobre. Conforme essa perspectiva, existe um simbolismo, um mito em relação à pertença sanguínea, que induz também ao erro. Tal exaltação sanguínea não possui embasamento científico, haja vista que, em todas as raças, são encontrados todos os tipos sanguíneos, sem distinção.

A sétima e última questão é a raça como moeda nas mãos de demagogos ou alarmistas. Esses indivíduos usam a raça em causa própria, geralmente, e esses demagogos ou alarmistas recebem ganhos até mesmo financeiros. Um exemplo de tal fenômeno é dizer que uma raça está contra outra. Para atender a objetivos pessoais, evocam-se inimigos comuns e usa-se a imagem de inimigos imaginários para manter o preconceito e a discriminação racial.

De acordo com Allport (1954-1979), ao confundir características raciais com étnicas, não se percebe o que o indivíduo é, que ele adquire por meio do aprendizado. Esse tipo de confusão pode ter como consequência a fixação de características humanas em grupos étnicos. As características humanas que são hereditárias só podem mudar

gradualmente. Um exemplo dessa diluição é a miscigenação racial. Porém, o que é aprendido pode ser completamente alterado. Compreende-se dessa forma, que muitas características atribuídas as raças são de forma arbitrária e derivadas da cultura, portanto, trata-se de uma questão étnica, e não racial.

Diante do que foi exposto, pode-se dizer que, algumas vezes, se afirma que o indivíduo pertence à determinada categoria racial, como uma tentativa de colocá-lo em situação de desvantagem. Meertens e Pettgrew (1999), ao definirem racismo flagrante, apontam que se trata de uma forma comum de racismo, e em seu cerne persistem sentimentos de ameaça e rejeição exogrupal ou a um de seus membros. O sentimento de rejeição ocorre com a distinção de cor, por considerar-se que uma cor é superior à outra. Tal fenômeno pode ocorrer tanto em âmbito privado como público. Allport (1954-1979) declara que essa distinção de raça não tem comprovação científica.

Conforme Allport (1954-1979), tais comparações só podem ser feitas se os indivíduos comparados possuem condição de igualdade, tanto social como econômica. Para o autor, até que se superem as desigualdades, os testes psicológicos e outros métodos de comparação têm pouca serventia, haja vista que o desempenho de uma raça ou de outra pode ser afetada por condições econômicas e contextuais, como educação e alimentação. Para obter uma aproximação maior das diferenças raciais, seria indicado um estudo experimental de corte longitudinal, procedimento impensável eticamente.

Allport (1954-1979) ressalta que a escolha desse método poderia esclarecer tais diferenças, se é que elas existem. Um exemplo desse estudo seria retirar dez crianças mongóis da sua família de origem, levá-las para serem criadas por pais adotivos de famílias norte-americanas bem estruturadas, ou então trocar dez nórdicos autênticos por dez crianças africanas puras. Essas crianças seriam expostas a contextos étnicos e educacionais diferentes do original. Deveriam ser avaliadas após alguns anos, para

verificar as ditas diferenças raciais, porque, mesmo expostas a lugares diferentes de sua origem, o comportamento racial permanece. Porém, deve-se lembrar também que esse experimento não é perfeito, porque certamente essas crianças seriam tratadas como estrangeiros, por possuírem uma aparência diferenciada.

De acordo com Allport (1954-1979), tal exemplo mostra que não há nada que comprove que uma raça ou uma cor sejam superiores a outra. Informa o autor que alguns pesquisadores tentaram responder a essa questão propondo diferenças raciais inatas, excluindo, assim, o contexto social. No entanto, descobriram que o contexto social ao qual os indivíduos estão inseridos está impregnado na resposta, e concluíram que as diferenças raciais estavam centradas nos estímulos recebidos, como educação, motivação e outros mecanismos oferecidos pelo meio.

Allport (1954-1979) afirma que os antropólogos que estudaram a questão racial nada encontraram que pudesse confirmar que exista a supremacia da raça branca. Ao contrário, levantaram a questão de que, se os indivíduos possuem condições de igualdade no aprendizado, eles também estarão em posição de igualdade no tocante ao desenvolvimento. Essa afirmação leva por terra a equivocada supremacia portuguesa sobre os indígenas, mas Cunha (1992), em seu estudo, assinala que os portugueses escravizaram e subjugarão os indígenas, por considerá-los uma raça inferior (ver capítulo 1). Com a discussão de Allport (1954-1979), percebe-se que essa superioridade nunca existiu, o que houve foi uma discrepância cultural e tecnológica.

Allport (1954-1979) conclui que as diferenças raciais não estão ligadas ao coeficiente de inteligência e sim a contextos sociais e culturais nos quais os indivíduos estão inseridos. Moscovici (1976-1978) aponta que os indivíduos constroem as representações dos outros e de objetos no contexto social e as partilham, e essas construções podem cristalizar-se de geração a geração. Então, o estudo do preconceito

deve levar em consideração as representações sociais sobre o endogrupo e exogrupo e as relações que se estabelecem entre eles. Compreende-se então que estão imersas na questão racial as representações sociais construídas ao longo da história, porque raramente se encontraram em solo mundial raças puras, e em sua maior parte, são mestiços. Portanto, as diversidades deveriam ser vistas por uma lente étnica e não racial.

Pode-se dizer então que as diferenças não são tão discrepantes. Segundo Monteiro (1993-2006), quem vive em um sistema político democrático tem direito à igualdade em oportunidades, tanto na educação quanto em outros aspectos sociais como a saúde, pois esses direitos são assegurados por lei, e eles são independentes de raça, crença, religião ou sexo. Por outro lado, o mesmo estudo aponta que os direitos do cidadão e deveres do estado, não são cumpridos com tanta igualdade. Monteiro (1993-2006) corrobora com a opinião de Hasenberg (1997) e afirma que as desigualdades raciais estão no cerne das desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

Segundo Hasenbalg (1997), supostamente a desigualdade racial está entranhada nas desigualdades econômicas. Para o autor, uma possibilidade para superar tal fenômeno seria uma intervenção direta do Estado na educação das minorias raciais. Esse autor alega que as políticas públicas são verdadeiras práticas discriminatórias e provocam desvantagens raciais. O fenômeno apontado pelo autor faz compreender que está também entranhada nessa política uma prática preconceituosa, haja vista que a discriminação é a expressão real do preconceito.

Brito, Lopes e Vala (1999) expõem que existem pesquisadores de diversas linhas que investigam o preconceito e estão preocupados porque o racismo insiste em persistir em sociedades ditas não racistas, apresentando dessa forma, uma conotação de contradição. Tal fenômeno possibilita supor que o racismo não possui uma única configuração, e, nesse caso, o correto seria tratá-lo não como racismo e sim como

racismos.

Segundo Meertens e Pettigrew (1999), o racismo flagrante é uma forma quente, aberta e direta do racismo. O indivíduo que pratica esse tipo de racismo age de forma direta e discriminatória, e tende a tentar colocar o indivíduo do grupo vitimizado ou o próprio grupo, em condição de desvantagem. Já o racismo sutil é frio e implícito, e o seu praticante não atribui características ou estereótipos negativos ao exogrupo, porém, alega haver mais traços positivos no seu endogrupo do que no exogrupo.

Pode-se dizer, dessa forma, que o favoritismo do racismo sutil se aproxima do estudo de Tajfel (1982) sobre os grupos mínimos. Esse autor afirma que o indivíduo tende a avaliar de forma positiva o seu grupo de pertença (endogrupo), e de forma mais negativa, os grupos aos quais ele não pertence (exogrupos). Esse processo foi denominado por ele de diferenciação intergrupar ou viés intergrupar. Na valoração do endogrupo, está a rejeição ao exogrupo, mesmo que não seja de forma explícita.

Conforme Dovidio e colaboradores (1996), o racismo sutil nega a prática racista; na verdade, ela é uma forma encoberta, que pode até passar despercebida. O novo tipo de racismo não enfrenta resistências e evita a censura das normas sociais. Pode-se dizer então, que, as forma flagrante e sutil distinguem-se pelos qualificativos, a primeira é aberta, e a segunda, encoberta.

Meertens e Pettigrew (1999) realizaram um estudo aplicando escalas de racismo contra imigrantes. Nesse estudo encontraram três tipos de expressão do preconceito, o racista flagrante, o igualitário e o racista sutil. O primeiro apoiava de forma ativa as políticas racistas. O segundo defendia os direitos e as políticas favoráveis aos imigrantes. O terceiro posicionava-se no meio termo, porém, embora se considerasse extensivamente não racista, de forma antagônica, defendia que as políticas e os direitos dos imigrantes deveriam ficar como estavam. Em outras palavras, os racistas sutis

podem até se unir aos igualitários para um apoio discursivo, desde que ele não proponha uma prática social real. O racista sutil, portanto, usa o discurso não racista para justificar a expressão de seu comportamento preconceituoso.

O estudo de Meertens e Pettigrew (1999) permite compreender que os indígenas ainda são vítimas das práticas racistas, e, mesmo que o discurso seja outro, são sentenciados pelo racismo sutil. Arruda (2001) aponta que existe um discurso para que o direito da terra indígena seja assegurado, porém quando se passa do discurso para a prática do direito, há severos conflitos para que esse direito não seja cumprido, pois os conflitos derivam de uma prática do povo não-indígena, a prática do discurso. O povo indígena encontra apoio na discussão, porém não em tornar o discurso de direitos assegurados em práticas reais. Dessa forma, o povo não-indígena não tem necessariamente o sentimento de reparação.

Entretanto, Brown e Cehajic (2006), em um estudo que investigou a distinção entre os sentimentos de culpa e constrangimento coletivos, constataram que ambos os sentimentos surgem do reconhecimento de comportamentos ilegais do endogrupo. Porém, o fato de reconhecer tais comportamentos do endogrupo não leva o indivíduo a se sentir culpado pela situação do outro grupo, o que, possivelmente, muda o sentimento do indivíduo em relação ao grupo vitimizado, é a avaliação que ele faz de tal fato.

Brown, Gonzales, Zagefka e Manzi (2008), ao investigarem os sentimentos de culpa coletiva e vergonha, hipotetizando que tais sentimentos são preditores de reparação, constataram que tanto a vergonha como a culpa despertam sentimentos diferentes, porém ambos evoluem sentimentos negativos. A culpa apresenta implicitamente a sentimento de causador de algum tipo de dano e consequência a outras pessoas, indicando que alguém pode estar sofrendo ou sofreu por algo feito pelo

culpado ou por seus antepassados. Entretanto, a vergonha leva o indivíduo a pensar no seu próprio autoconceito, questionando o que os outros podem pensar dele e de seu grupo. O envergonhado, no entanto, pode ter atitude de reparação histórica para melhorar a autoimagem ou a imagem do seu grupo.

Shaver, Schwartz, Kirson e Connor (1987, citados por Zagefka, Brown, Broquard e Martin, (2007) afirmam que tanto a culpa quanto a vergonha podem levar a comportamentos diferentes. A vergonha está associada á raiva e à vontade de esconder o comportamento danoso e sua consequência; já a culpa pode gerar possíveis ações reais de reparação.

Os estudos apontam que os indivíduos podem sentir tanto vergonha quanto culpa, e que ambas envolvem afeto negativo, porém, a vergonha e a culpa podem gerar também associações positivas. Os indivíduos culpados e envergonhados podem lidar tanto com um sentimento quanto com o outro, e ainda com as emoções negativas geradas por tais sentimentos. A forma como o indivíduo percebe o dano causado pela ação culposa ou vergonhosa também pode determinar as suas ações e atitudes em relação ao exogrupo vítima das consequência das ações danosas (Zagefka, Brown, Broquard & Martin, 2007).

Segundo Brown e Cehajic (2006), o posicionamento do indivíduo em relação ao exogrupo depende da forma como avalia seu endogrupo fez. Entretanto, existem possíveis sentimentos do indivíduo em relação ao exogrupo. Ele pode sentir que seu grupo possui responsabilidade pela situação em que se encontra o exogrupo, em razão do que ele pode também se sentir responsável. O indivíduo pode ainda assumir que também possui uma parcela de culpa pela atitude do endogrupo, embora ele não tenha praticado nenhum ato ilegítimo em relação ao exogrupo. Outra possibilidade é que o indivíduo se sinta responsável por uma eventual reparação ao grupo vitimizado.

Portanto, as mudanças de atitudes, em relação aos grupos vitimizados passam também por um julgamento e avaliação individual, podendo ser um fator que dificulta levar para a prática o que já existe no discurso, a exemplo do que apresentou Arruda (2001) sobre a dificuldade em aceitar o que é determinado por lei, como é o caso do direito à terra do povo indígena. De forma hipotética pode-se dizer que não há interesse em reparação, ou seja, a avaliação que se faz, do que foi feito pelo endogrupo não é visto como ilegítima. Dessa forma, em relação ao povo indígena não há sentimentos de reparação pois ao tomar posse das terras, ele passa a ser visto como latifundiário improdutivo.

Representações sociais

Segundo Vala (2006), a psicologia social das representações surge do questionamento das teorias que não percebem o papel ativo do indivíduo para a construção da realidade, pois não consideram o que os indivíduos pensam e a importância desses pensamentos no âmbito social. As teorias que não possuem a percepção de um indivíduo pensante ignoram o contexto social no qual esses indivíduos estão inseridos e a sua influência na construção do pensamento individual.

Vala (2006) assinala que o interesse da psicologia social pelas representações sociais ocorreu na década de 1950, em debates referentes à psicanálise. A partir de então, houve o interesse de estudiosos e universitários que começaram a pesquisar o tema.

Moscovici (1976-1978) iniciou suas pesquisas buscando compreender como os conceitos criados pela psicanálise eram utilizados pelos franceses de diferentes grupos em explicações da sua vida cotidiana. O autor aponta que houve uma difusão dos

conceitos psicanalíticos publicados pelos meios de comunicação, o que estimulava o seu uso sem a fundamentação teórica original. Portanto, as pessoas passaram a dar explicações utilizando os conceitos da psicanálise, conferindo sentido as condutas individuais. Dessa forma, passaram ter uma representação da atividade psicanalítica.

De acordo com Moscovici (1976-1978) as representações sociais permitem conhecer os mecanismos que os indivíduos usam para transformar o desconhecido em conhecido, o distante em familiar. Para efetuar tais transformações, os indivíduos possuem um papel ativo na construção de um novo olhar relativo ao não familiar, em contextos sociais e também nas modificações de pensamentos sociais. Para realizar as transformações, o indivíduo faz uma releitura do objeto desconhecido e acrescenta à nova leitura suas percepções e construções sociais. Essa nova leitura passa a ser disseminada entre as pessoas nas inter-relações por meio da comunicação.

Conforme Moscovici (1976-1978), as representações sociais são conjuntos de conceitos e explicações construídos na vida cotidiana, com base no senso comum e para o senso comum, surgindo, dessa forma, conhecimentos que explicam conceitos distantes da realidade do indivíduo e transformam esses conceitos em próximos e familiares. Compreende-se dessa maneira, que as representações sociais são processos de construção da realidade, ou seja, um olhar diferente do objeto em si.

Para Moscovici (1976-1978), ao construir uma representação, o indivíduo lança mão de experiências e testemunhos que acumulou ao longo da vida. Para explicar um conceito ou um objeto desconhecido, a pessoa resgata simbolismos, signos, significados. Entretanto, na construção das representações sociais, existem dois mecanismos, a ancoragem e a objetivação, que não são processos estáticos, mas dinâmicos, dialéticos e metamórficos.

Para Moscovici (1976-1978), a ancoragem é o processo pelo qual o indivíduo

vale-se de uma realidade presumida para uma nova construção. Já a objetivação é o mecanismo que possibilita ao indivíduo explicar e avaliar um objeto de uma nova forma. O indivíduo traz o conceito ou objeto para próximo de si mesmo, atribui-lhe imagem, sentido, tornando-o concreto e familiar uma realidade pensada. Entretanto, ligada à nova leitura, está a pertença social do indivíduo, a forma como o seu grupo de pertença concebe o objeto. Tanto as construções de novos pensamentos quanto de identidade e representações sociais estão impregnadas do contexto social no qual o indivíduo está inserido.

Moscovici (1976-1978) assinala que a forma que o indivíduo utiliza para representar um objeto está intimamente ligada à forma que o grupo se relaciona com o esse objeto. O objeto possui uma valoração social e, quando representado, esse valor está imerso na representação, portanto, a conotação destinada ao objeto é também orientada socialmente.

Moscovici (2003) aponta que a valoração que os grupos destinam a determinados objetos, seja por sua percepção, compreensão, sentidos e em algumas casos afetividade, pode estar envolvida pela a valorização do objeto. Implica dizer que as informações que se obtêm das representações podem ter sofrido distorções, o que ocorre porque os indivíduos tendem a analisar o mundo de forma semelhante, reaplicando o que foi constatado em sua percepção social. Pode-se dizer, então, que a valoração do objeto provém da predisposição que o indivíduo já possui, daquilo que ele aprendeu. Quando o indivíduo vê um objeto, ele não o percebe apenas da forma como o objeto se apresenta, mas da forma que já foi aprendida por ele.

De acordo com Moscovici (2003), um objeto, ao ser contemplado, é visto por uma lente que foi herdada, tanto genética, quanto culturalmente, o que implica dizer que o que foi aprendido pelo indivíduo, seus hábitos, recordações, desde que ainda era uma

criança, são de alguma forma preservados. Portanto, ao ter a percepção de algum objeto, tudo que foi preservado se junta à valoração destinada ao objeto alvo. Então, será destinado ao objeto o que foi aprendido o significado que o indivíduo dá a esse objeto, que pode estar imbuído de afetividade ou não, podendo, assim, levar a erros.

Segundo Moscovici (2003-2005), as causas mais frequentes dos erros das generalizações são os afetivos e as influências sociais. A conotação afetiva, em alguns casos, podem distorcer o objeto real, a idéia proposta também por Allport (1954-1979) como pode ser verificado no início deste capítulo. Moscovici (2003-2005) acrescenta que a influência social exerce uma pressão exterior ao aparato psíquico, pois diante das pressões, os indivíduos tendem a ceder ao que é acordado socialmente. Dessa forma, se o objeto possui uma conotação pejorativa socialmente, o indivíduo destina a ele idêntica conotação pejorativa, mesmo estando perante o objeto real e ele se mostre diferente. Pode-se utilizar os ensinamentos de Moscovici (2003-2005) para compreender o que Ribeiro (2004) quis dizer ao mostrar que aos índios são destinados rótulos de preguiçosos, um povo que trabalha pouco, embora eles produzam aquilo de que necessitam para viver e retiram da natureza o que lhes falta para seu sustento. Pode-se então dizer que a forma como os indígenas são vistos ainda se baseia nas representações sociais construídas pelos portugueses, na época da colonização.

Conforme Moscovici (2003-2005), existe uma dualidade nas explicações acerca do que leva aos erros. O autor aponta que as pessoas possuem faculdades de percepção e observação do mundo externo de forma individualizada. Esta habilidade é capaz de produzir conhecimento verdadeiro, entretanto, os fatores sociais podem levar a desvios e distorções do conhecimento adquiridos no mundo. Tal dualidade é também considerada pelo sujeito social como algo normal, servindo ainda de referência para os outros.

Moscovici (2003-2005) expõe que a cultura também presta seu papel para que as pessoas cometam enganos e ilusões, e se deve levar em consideração o caráter do engano, ou o que é considerado normal ou não. Do ponto de vista do indivíduo, devem ser consideradas suas crenças e informações de caráter social. A condição do indivíduo cultural expressa-se na vida mental do sujeito.

Moscovici (2003-2005) relata que se devem considerar três pontos principais da origem social das crenças. O primeiro é que o indivíduo não explica o planeta por conceitos. O segundo é que não existe motivo algum para serem excluídas as experiências e percepções individuais. O terceiro e último ponto é que as idéias e religiões possibilitam a integração do indivíduo em estruturas específicas (crenças, famílias) e ele as adota, tornando-se parte delas.

Segundo Moscovici (2003-2005), escondidos atrás de cultos, totens, rituais e emoções, estão também as representações coletivas, transmitidas de prole a prole, sem que ocorram mudanças. O autor aponta que, quando a sociedade celebra os seus cultos e rituais, ela celebra a si mesma. Dessa forma, a sociedade consegue manter seu grupo coeso, com sentimento de pertença, e ainda incendeia a crença. Por outro lado existem, nessas práticas ritualísticas, representações latentes e expressas nos conteúdos mentais e comportamentos simbólicos e nas representações coletivas.

O termo representação coletiva foi designado por Durkheim (1898) para explicar as representações. Para esse autor, as representações são construções genéricas, derivadas do fenômeno psíquico e social, e nessa constituição estão também as ideologias e mitos. Para o autor, a vida social é todo o pensamento organizado. Entretanto, Moscovici (1976-1978) assinala que a expressão representação coletiva é insuficiente para abranger as representações sociais, e afirma que Durkheim não esclarece a organização do pensamento e como ele se, constituiu no meio social.

Moscovici (2003) aponta que a expressão representação coletiva apresenta uma conotação estática, algo parado e determinado, e prefere, então, o uso representações sociais, que indicam uma forma de construção social dinâmica. Segundo esse autor, as representações sociais localizam-se em uma linha tênue entre o conhecimento científico (universo reificado) e o conhecimento popular (universo consensuado).

De acordo com Moscovici (2003-2005), esses universos correspondem também às relações constituídas entre indivíduo e sociedade. Dessa maneira, de um lado, estão o conhecimento popular e suas crenças, de outro a ciência e a ideologia. A ideologia nesse caso, é vista como um código, uma imposição, que libera uma visão geral não só de grupos, mas também do mundo. Essas visões ideológicas de grupos ou até do mundo tornam-se compartilhadas de forma repetitiva, o que leva a cristalizações.

Para Moscovici (2003-2005), não existe uma hierarquia entre o universo reificado e o consensuado. Não se pode dizer, então, que o universo reificado, por ser científico, possui um maior valor que o universo consensuado. De forma hipotética, se houvesse uma renúncia do universo consensual, haveria também uma renúncia do simbolismo, do mito, das crenças. Entretanto, percebe-se uma direção oposta, para o conhecimento consensual, que circula por meio da linguagem e se torna contextualizado e compartilhado.

Maxwell (citado por Moscovici, 2003-2005) ensina que não se pode esquecer, portanto, que o abstrato de um século é o concreto de outro. As mudanças possuem um lugar constante no mundo, e esse é um movimento incessante. Moscovici (2003-2005) afirma que esse mesmo movimento ocorre nas representações, elas se separam, se ligam e se transformam. O movimento das representações apresentam novas práticas e usos na vida diária do indivíduo. As representações, também de forma diária, tornam-se parte do senso comum.

Moscovici (2003-2005) diz que as transformações constantes das representações na vida diária ocorrem também nas representações científicas, ou seja, o que é científico, nos dias atuais, passa a ser representação da vida cotidiana. Exemplo dessa transformação foi o que ocorreu com a psicanálise entre os franceses, em que o conceito científico foi usado para explicações cotidianas das pessoas, fenômeno melhor explicado no início deste capítulo. O autor ainda aponta que o conhecimento do senso comum está ao alcance dos indivíduos. Entretanto, o conhecimento científico também lança mão do senso comum para construir idéias e imagens de que necessitam.

Moscovici (2003-2005) assinala que o conhecimento do senso comum também faz parte da vida científica. Se um cientista raciocina sobre algo de sua área específica, ele também lança mão dos conhecimentos construídos durante sua vida. A construção de conhecimento ocorre no aprendizado diário e contextualizado. Portanto, por ser cientista, ele não se separa dos conhecimentos aprendidos no senso comum e em seu contexto social. Compreende-se, de certa forma, que existe um elo entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum.

De acordo com Moscovici (2003-2005), o senso comum permite acesso direto às representações sociais, que até certo ponto combinam com a capacidade humana de perceber, compreender e, inferir, e com esses mecanismos, da-se sentido e explicações para as coisas. As explicações do senso comum passam a ser naturalizadas, e, assim, exigem pouco esforço do indivíduo e, podem ser comparadas a um tipo de simplificação das explicações ou uma categorização do novo.

Segundo Moscovici (2003-2005), as categorias do senso comum são tão compartilhadas e disseminadas, que parecem irreversíveis e inatas. Essas categorias são usadas pelos indivíduos para explicar condutas. Dessa forma, mesmo que elas não sejam verdadeiras, sejam apenas construção social, tais explicações são tomadas como

verdadeiras e partilhadas novamente com diversas conotações.

Moscovici (2003-2005) assinala que a ciência do senso comum tem o poder de permitir que as representações sociais sejam vistas e percebidas no campo de sua ação social. A representação passa do conceito para o concreto no campo de sua ação e no ato social. Assim, é possível ver como elas foram fecundadas e transformadas em ação na vida cotidiana das pessoas, cujas contextos oferecem também matéria-prima para a exploração das representações sociais.

Para Moscovici (2003-2005), existem alguns pontos que podem demonstrar como o senso comum fornece um lugar privilegiado para a exploração. O autor denominou o primeiro ponto, de senso comum pós-científico, que significa todo o conhecimento, instituído e compartilhado pela sociedade, das relações e das habilidades humanas. Essas habilidades são as formas usadas para descrever e explicar fatos, com base em fenômenos considerados naturais.

O segundo ponto apresentado por Moscovici (2003-2005) é que as representações do senso comum de alguma forma são híbridas. As representações científicas e ideológicas baseiam-se na lógica formal, já as representações do senso comum constroem novas formas e sentidos para as coisas, baseando-se em uma ciência híbrida. A representação do senso comum possui uma essência central, porém com várias ramificações.

De acordo com Moscovici (2003-2005), o terceiro ponto é que o senso comum é considerado uma forma primitiva de conhecimento. E, nessa perspectiva primitiva, está a percepção de conhecimento do senso comum. Entretanto, o senso comum possui uma habilidade de ajuste às necessidades humanas com um admirável sucesso. Sendo o senso comum um solo fértil para as atribuições e as representações, ambas nascem nesse contexto e se fixam nele.

Conforme Moscovici (2003-2005), o senso comum é um caminho aberto para as representações sociais e ocorrem nesses contextos várias construções e transformações. De acordo com Jones e Davis (citada por Álvaro e Garrido, 2006), as atribuições causais lançam mão do senso comum para construir suas explicações e atribuições. Dessa forma, tanto nas representações sociais quanto nas atribuições causais, são somadas ao objeto ou a comportamentos individuais as percepções e sentidos compartilhados no senso comum. Entretanto, as atribuições podem ser originadas das representações sociais.

De acordo com Souza (1993-2006), vive-se em um mundo em que, a todo o momento e em qualquer esquina, alguém é avaliado por ele mesmo ou pelos outros. Aponta ainda esse autor que o tempo todo os indivíduos estão predispostos a fazer conjecturas que explicam determinados comportamentos e desempenho. Essas eventuais conjecturas e avaliações são adicionadas às atribuições conferindo aos indivíduos para explicar determinados tipos de ações.

Os níveis de análise podem nortear a compreensão sobre a avaliação de uma pessoa a respeito da outra. Os estudos de Doise (1986) apontam a existência de quatro níveis de análise utilizados na psicologia social. O autor assinala que os aspectos individuais e sociais devem ser compreendidos em conjunção. Dessa forma, o indivíduo é visto em seus aspectos sóciocognitivos e não apenas na perspectiva de cognição isolada. Entretanto, para compreender as atribuições causais e articulá-las ao contexto social nos quais elas ocorrem, Doise (1986) distingue os estudos por níveis de análise.

Os níveis de análise são quatro: o intrapessoal, o interpessoal, o intergrupar e o societal ou ideológico. No nível intrapessoal, o comportamento individual é explicado com base nas disposições internas (Doise 1986). A atribuição, por sua vez, também se preocupa com a análise do processamento de conhecimentos intrapessoal. O objetivo da

atribuição causal, nesse nível de análise, é observar os mecanismos que os indivíduos usam quando processam as informações que avaliam o comportamento alheio.

De acordo com Doise (1986), no nível interpessoal, o comportamento é explicado com base nas relações entre as pessoas. A atribuição desse nível de análise pode explicar as relações em que o indivíduo pode alternar seus papéis. Em determinado momento, ele pode atuar como ator e, em outro, como observador do comportamento.

Já o nível intergrupar é apontado por Doise (1986) como o nível que prioriza as relações entre os grupos, que sofrem influências tanto de pertencas grupais quanto das categorizações. Nesse âmbito, as atribuições causais referem-se à análise do processamento das informações armazenadas na relação intergrupo, cujo objetivo é observar os mecanismos que os indivíduos empregam quando processam as informações que avaliam o comportamento alheio no meio social.

O quarto nível de análise é definido por Doise (1986) como societal e ideológico, no qual se investigam crenças, ideologias, culturas, compartilhadas pelo grupo social. As atribuições causais utilizam esse nível para investigar o surgimento de atribuições com base em construções sociais e em representações. Dessa forma, ao acolher os níveis de análise, se torna-se possível compreender com maior clareza as atribuições causais e a sua ocorrência no meio social.

Heider (1944-1958) afirma que os indivíduos, para explicarem os comportamentos alheios, possuem uma tendência em atribuir-lhes causas internas, com base no princípio de que o ator de uma ação possui certa disposição para o comportamento específico. Entretanto, esse autor opõe-se a visão mecanicista do comportamento e investiga como os indivíduos ajustam sua cognição e se autoequilibram.

Heider (1958) investiga também o modo como os indivíduos percebem e avaliam os comportamentos sociais. O autor aponta que, quando um indivíduo analisa comportamentos sociais, ele está procurando determinar o que causou esse comportamento. A ação de um indivíduo pode ser derivada de influências ambientais e pessoais, ou ainda da combinação de ambas. Sempre que um indivíduo se depara com um evento, há uma tentativa de determinar a contribuição da causa, se são de fatores ambientais ou pessoais, ou outros.

Heider (1958) assinala que a forma de determinar se um indivíduo é capaz ou não de executar uma ação é a observação do comportamento real. Entretanto, as ações podem enganar e, dessa forma, um observador percebe a motivação e não a capacidade que o indivíduo possui e vice-versa. Porém, a teoria da atribuição está atrelada às inferências que o observador faz das causas dos comportamentos, importando-se menos com o comportamento real. A teoria da atribuição trabalha, portanto, com causas percebidas e não com causas reais.

O indivíduo que percebe a ação procura regularidade nos comportamentos expressos pelo ator. Dessa forma, o observador passa a analisar os comportamentos do ator como previsíveis e controláveis, uma vez que ele conhece a forma de atuação do ator, ainda que esse controle seja apenas no âmbito social e da observação. O observador acredita, que mesmo em situações diferentes e contextos alternados, o ator se comporta com a mesma regularidade. (Heider 1958).

Heider (1958) aponta a existência de três aspectos fundamentais para apreensão da realidade: o sujeito (ator), o outro, e o destino, que posteriormente ele chamou de sorte. A análise que o observador faz do objeto ou comportamento tem como base implícita aspectos do ator, contexto e do imprevisto, associados a ação. Essa conclusão tem como cerne e distinção as motivações internas como estáveis e, as externas, como

circunstanciais.

Heider (1944) afirma que o observador pode ter sua avaliação distorcida por associar valores ao comportamento do ator, como a simpatia e antipatia. As impressões sobre o outro podem estar associada à antipatia (conotação negativa), ou a uma certa simpatia (conotação positiva), o que gera avaliações com o mesmo viés, determinando uma avaliação ilusória de invariância da personalidade do ator. Dessa forma, o observador pode negligenciar o peso de fatores situacionais do comportamento, provocando a falsas crenças do observado, o que conduz a uma avaliação ilusória do comportamento.

Da mesma forma que Heider (1944-1958), os estudos de Jones e Davis (1965) também estão no nível intrapessoal de análise. Jones e Davis (1965) desenvolveram seu estudo sobre inferência correspondente, com base nos estudos de Heider (1958) sobre atribuições causais. Os autores apontam que o observador, ao perceber um ator executando uma ação idêntica, tem necessidade de explicá-la. Entretanto, as explicações do observador geralmente supõem que a ação do ator está alicerçada em traços de sua personalidade. Pode-se dizer então, que em termos atribucionais, os traços da personalidade são fonte de esclarecimento para conduta.

De acordo com Jones e Davis (1965), uma definição para inferência correspondente é a implicação de deduzir da ação do ator, atribuindo à sua conduta características individuais e estáveis, dando, dessa forma, explicações aos comportamentos por traços individuais. Então, independentemente da forma da ação individual, o observador designa a essa ação os traços individuais e estáveis. O comportamento pode mudar, mas sempre será explicado pela mesma origem.

Jones e Davis(1965) descrevem o processo utilizado pelos observadores para atribuir características de personalidade como explicação para a ação. Os autores

apresentam um modelo de como as informações são processadas e apontam que, nesse processo, existem duas fases: a primeira é a atribuição de intenções, e a segunda, atribuição de disposição.

Jones e Davis (1965) apontam que, na fase de atribuição de intenção, o observador confere ao comportamento do ator suas intenções. Nessa fase, o observador percebe a consequência do comportamento e, após obter essa informação, o observador determina se o ator tinha aptidão para efetuar tal ação e se avaliava as consequências de sua ação. São considerados intencionais apenas os comportamentos a respeito dos quais os atores conhecem o efeito de sua ação e suas consequências. A segunda fase inicia-se após o observador verificar se a ação foi intencional. Nessa fase, o observador atribui característica estável do indivíduo à ação do ator.

Jones e Davis (1965) esclarecem que o observador, para efetuar inferências correspondentes, usa também dois princípios: efeitos não comuns da ação e o de desejabilidade social. O efeito não comum da ação ocorre quando o indivíduo faz uma escolha alternativa para sua ação, e ela não produz consequências. Havendo baixa quantidade dos efeitos não comuns da ação, maior é a probabilidade de serem atribuídas características individuais para explicar a ação. No princípio da desejabilidade social, se o comportamento do indivíduo for pouco desejável, a inferência será que comportamento do ator está ligado a características individuais.

Kelly (1973) também compartilha a idéia de que os indivíduos se organizam no meio social, por meio da cognição. O autor afirma que os indivíduos são racionais ao fazerem suas escolhas. Entretanto, esse modelo está centrado no método de atribuição global, aplicando-se tanto ao ator como também ao observador.

A base para o processo de atribuição são indivíduos, cenário e situação, porém o observador toma como base para atribuição causal a covariância entre causas e efeito. O

observador conjuga três tipos de informações para avaliar o comportamento do outro. As informações que norteiam a avaliação são: consistência, distintividade ou clareza e o consenso. Contudo, o observador pode utilizar essas informações conjuntas ou de forma isolada (Kelly 1973).

A consistência diz respeito ao conhecimento que o observador possui sobre a história do comportamento do indivíduo. A distintividade refere-se à maneira como o ator se relaciona com outras entidades. Já o consenso diz respeito à forma como outros indivíduos reagem diante da entidade em questão (um exemplo é como outro indivíduo reage à situação específica experimentada pelo ator) (Kelly 1973).

Kelly (1973) afirma que, quando existe um baixo nível de consenso, fraca distintividade e elevada consistência das informações, as atribuições ocorrem em termos de fatores pessoais. Entretanto, quando há uma baixa consistência, alta distintividade, as atribuições ocorrem em termos situacionais. Quando há valores elevados de consenso, distintividade e consistência, o observador avalia-os em termos de oposição aos valores baixos, as atribuições ocorrem em termos pessoais.

O modelo apresentado por Kelly (1973) pressupõe uma estrutura seqüencial e temporal nas relações interpessoais, avaliado pelo uso da técnica estatística (Anova) análise de variância. A Anova investiga se a variável independente (VI) influencia a variável dependente (VD). O observador recorre a essas informações e avalia quem exerce o papel de VI e VD, e se há, distinção ou consistência. Tais informações indicam ao observador quais das três informações determinaram a ação do ator, e assim, ele pode inferir a causa do comportamento.

Entretanto, o estudo de covariância foi reconhecido por Kelly (1972) como limitado. O autor propõe a configuração de esquema, que é definido como estrutura cognitiva, representado por relações de causa e efeito, de antemão registrada na

memória, e que são as crenças causais. O observador lança mão dessas informações quando ele possui dados apenas dos efeitos e uma ou várias causas. Esse esquema tem como base a mesma estrutura seqüencial da Anova, porém os registros armazenados na memória foram arquivados ao longo da existência do indivíduo.

O estudo sobre esquema causal assinala dois mecanismos que possuem implicações nas atribuições; o primeiro é o desconto, o segundo, o aumento. No primeiro, o autor aponta as múltiplas causas suficientes (MSC) para produzir o efeito, uma vez que o efeito pode ocorrer diante de uma ou de todas as causas. O segundo mecanismo diz respeito à existência de múltiplas causas necessárias (MNC) para o julgamento. Uma causa possibilita o surgimento do efeito, ao passo que outra pode inibir o efeito. Entretanto, a causa que facilita o efeito possui maior peso na avaliação do observador e, conseqüentemente, na atribuição. (Kelly 1973).

Kelly (1973) sustenta que as atribuições estão no cerne da estruturação do conhecimento, haja vista que os indivíduos armazenam as informações para posterior uso. O observador, por sua vez, armazena as atribuições e lança mão delas quando não possui conhecimento suficiente sobre o objeto avaliado. Entretanto, uma atribuição armazenada não substitui outra, podendo complementar as informações armazenadas de antemão.

Jones e Megillis (1976, citados por Álvaro e Garrido, 2006) afirmam que as atribuições estão ligadas às expectativas do observador. Portanto, as atribuições aos comportamentos do ator aumentam se as ações não correspondem às expectativas do observador. Compreende-se então, que não importa a forma como o ator se comporta, pois é a avaliação do observador que determina a atribuição.

Myers (1999) expõe que os indivíduos tomam para si a responsabilidade de explicar os comportamentos dos outros. Entretanto, quando buscam tais explicações,

fazem diversas especulações. Ao buscar as causas para diversos comportamentos alheios, os indivíduos, em muitos casos, não estão à procura das causas reais, e, em muitos eventos, as causas reais são até mesmo ignoradas. Um bom exemplo é quando um indivíduo cai de produtividade, se iniciam especulações sobre sua capacidade de executar a tarefa, sem que procure verificar o que, de fato, está acontecendo com ele.

De acordo com Goldstein (1980-1983), a avaliação do observador é constituída por sua subjetividade. O autor aponta que milhões de indivíduos compartilham o mesmo espaço demográfico, entretanto, cada um possui o seu próprio espaço e mundo subjetivo. E nessa distinção subjetiva, o indivíduo faz suas conjecturas e avaliações, sua subjetividade é constituída em um meio social, portanto, sua avaliação passa por esse crivo.

Segundo Myers (1999), é necessário avaliar o quanto se é afetado pelo meio social no qual se está inserido. Quando se constroem conjecturas a respeito do comportamento do outro, pode-se incorrer em erro, estimulado pelo social. Pode-se ser afetado por alguma situação ambiental, e, no momento em que se está avaliando o comportamento do outro, e o que afetou o indivíduo irá também afetar a forma de sua avaliação. Caso faça a mesma avaliação em momentos distintos, pode-se ver e sentir o comportamento do outro de forma diferenciada, porque há situações ambientais e sociais distintas. Os erros de avaliação também permeiam a vida cotidiana, pois constantemente alguém faz conjecturas de comportamentos. Um exemplo desse erro é o supermercado, cujo caixa é treinado para cumprimentar o cliente e agradecer. Com esse exemplo, pode-se fazer uma conjectura de que esse atendente é um indivíduo cordial. Pode-se, no entanto, incorrer em erro, porque ele pode estar apenas cumprindo o seu papel. A maioria das especulações de explicações comportamentais ocorre da mesma forma.

Segundo Goldstein (1980-1983), existem alguns processos que levam a distorções

na percepção do indivíduo. Exemplos dessas distorções são as percepções de objetos físicos e de pessoas. No primeiro caso, é um pouco menos complexo, porém a percepção do objeto físico ocorre de forma seletiva, por faltar a capacidade de interpretar todas as características do objeto. A cognição humana não possui capacidade de processar todas as informações exatamente da forma como elas se apresentam. O processo seletivo ocorre também porque cada indivíduo destina ao objeto diferentes significações.

De acordo com Goldstein (1980-1983), para a percepção de pessoas, o processo abrange um leque muito maior de mecanismos. Perceber um indivíduo envolve captar suas intenções, sentimentos, expectativas e comportamentos. Também a essa percepção está agregada a forma como o agente do comportamento interage com o observador. A interação do agente com o observador conta se o observador avaliar o comportamento, caso em que a interação também influencia a avaliação, que pode ser positiva ou negativa.

Conforme Goldstein (1980-1983), na percepção de avaliação, existem mais conteúdos do que os termos se propõem, ou seja, o avaliador se apresenta com suas significações dos fatos. O autor aponta que os indivíduos buscam compreender suas experiências e determinar as suas causas. Entretanto, essa busca não ocorre apenas no plano individual, mas a necessidade humana vai além, buscando também a compreensão do comportamento do outro e atribuindo causas ao comportamento observado.

De acordo com Goldstein (1980-1983), a teoria da atribuição busca compreender os efeitos dos comportamentos e determinar quais são os comportamentos intencionais e quais são causados por características do ambiente. Entretanto, os estudos sobre atribuições de responsabilidades tratam apenas das consequências não intencionais.

Goldstein (1980-1983) assinala que as pesquisas sobre a atribuição de

responsabilidades referem-se a atribuições com base em consequências. Dessa forma, a avaliação do comportamento de um agente depende do grau de sua consequência, que pode variar de leve, grave e gravíssimo. Os comportamentos com consequências graves conferem uma alta atribuição de responsabilidade do agente. Entretanto, se ocorrer uma consequência avaliada como leve pelo o observador, será atribuído ao agente pouca responsabilidade no comportamento.

Goldstein (1980-1983) salienta que foram realizadas novas pesquisas sobre àtribuição de responsabilidade, e os pesquisadores fizeram algumas ressalvas aos estudos anteriores. As novas pesquisas indicam que, quando existe uma relação pessoal entre o sujeito (agente) e a vítima, haverá também um alto grau de atribuição de responsabilidade ao sujeito. Entretanto, as pesquisas comungam a mesma idéia; há um alto grau de atribuição de culpa, responsabilidade, quando as consequências da ação são percebidas pelo observador como graves.

Compreende-se então que, ao avaliar um objeto ou um indivíduo, de alguma forma, pode-se incorrer em erros, haja vista que as avaliações são permeadas por construções individuais e influenciadas pela pertença grupal, construções sociais. Dessa forma, tanto as representações sociais, atribuições e avaliações passam pelo crivo do senso comum e construções pessoais e se espalham nesses contextos. O preconceito, por sua vez, é derivado dessas construções, que, muitas vezes, são errôneas, por julgamentos e generalizações de indivíduos e grupos sociais.

A seguir, apresenta-se o artigo, produto final desta dissertação, no qual os procedimentos e os resultados são apresentados e discutidos mais detalhadamente. Dessa forma, avalia-se se as constatações efetuadas no levantamento teórico são legitimadas ou refutadas, ou se aparecem novas constatações no contexto pesquisado. Entretanto busca-se também por novas constatações que possam acrescentar, para

melhor qualidade da relação do não-indígena com o indígena.

CAPÍTULO III Artigo

Atribuição de Responsabilidade da Atual Situação do Índio e o Preconceito Contra os Povos Indígenas Brasileiros

O objetivo deste trabalho é analisar as relações entre as atribuições de responsabilidade que são feitas por jovens não-indígenas para situação atual dos indígenas brasileiros, seus níveis de identificação com a nação brasileira e a tendência desses jovens de querer manter distância dos indígenas. Em outras palavras, queremos analisar se as atribuições e a identidade dos jovens brasileiros se relacionam com o preconceito contra indígenas brasileiros.

Cunha (1992) aponta que, historicamente, o Brasil foi ‘descoberto’ em 1500, pelos portugueses. Entretanto havia neste território inúmeras nações indígenas, que foram dizimadas para a conquista das terras. Portanto há que se questionar tal descoberta, pois este território já era povoado antes da chegada dos portugueses, o que aponta uma invasão e massacre dos povos portugueses contra os povos indígenas.

Esse massacre pode ser constatado nos dados apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Cunha (1992), quando os portugueses chegaram ao território brasileiro existiam cerca de cinco milhões de índios. O IBGE (2005) afirma que atualmente existem em território nacional 734 mil índios, que falam 180 línguas distintas, e pertencem a cerca de 200 etnias diferentes. Quando os portugueses chegaram ao país a população do território nacional era totalmente indígena, e, atualmente, os indígenas não ultrapassam os 5% de toda a população nacional. O IBGE (2009) aponta que a população nacional atualmente é de cerca de

189,6 milhões de pessoas. Tais dados confirmam o genocídio apontado por Cunha (1992).

De acordo com Ribeiro (2004) o povo indígena era submetido a condições de subjugação, por ser considerado inferior. Os portugueses ignoravam a organização social dos povos indígenas, por ela ser diferente da dos europeus. Os indígenas possuíam uma organização igualitária. As tarefas eram divididas, os direitos eram iguais, e os papéis também eram bem definidos. Tal constatação demonstra que os portugueses julgaram erroneamente os indígenas, haja vista que não existia uma supremacia portuguesa, mas apenas diferenças culturais.

O estudo de Ribeiro (2004) vem ao encontro com o trabalho de Silva (1992), que afirma que, aos olhos dos europeus, os índios eram vistos em uma perspectiva racista, portanto poderiam ser explorados e exterminados. Para o conquistador essa raça inferior também não possuía alma, uma condição para ser considerado humano. Portanto, os portugueses utilizavam esse tipo de explicação para justificar atos de extermínio e imprimir aos índios o comportamento de servidão.

Entretanto, tal crueldade ainda foi vista por uma lente romântica, como pode ser encontrado nos estudos de Freyre (1900-2001), quando ele afirma que a colonização portuguesa ocorreu de forma pacífica. Esse posicionamento leva a pensar que Freyre (1900-2001) estava na contramão da história da colonização Brasileira. Ribeiro (2005) é contundente ao afirmar que a colonização portuguesa foi efetuada por meio de um verdadeiro genocídio, praticado contra os indígenas.

Ribeiro (2005) afirma que os indígenas que restaram no território brasileiro atualmente ainda são submetidos às crueldades vividas pelos seus ancestrais. Os índios do Amazonas estão sendo explorados, escravizados e expulsos de suas terras. Porém, a

subjugação atual ocorre por novos métodos, como seqüestro de famílias inteiras. Esse é um meio para obrigar os homens indígenas a tornarem-se escravos de seringueiros.

De acordo com Arruda (2001), os conflitos entre não-indígenas e indígenas são perenes porque o povo indígena é visto por lentes contraditórias. Os índios quando estão distantes dos não-indígenas são vistos como símbolo de liberdade, porém quando reivindicam suas terras, se tornam um impasse para o desenvolvimento. E, ainda, quando o índio obtém o direito da terra, é percebido com um latifundiário improdutivo. Esses fatores apontam que o indígena sempre será julgado conforme interesses da sociedade não-indígena.

De acordo com Oliveira (citado por Grupini e Vidal, 2001), o grupo majoritário geralmente apresenta resistência em aceitar a minoria, portanto, também não aceita ou não respeita os direitos da minoria. Dessa forma, o diálogo e as relações sociais entre os grupos majoritários (não-indígenas) e a minoria (indígenas) são dificultados pelas representações preconceituosas e discriminatórias do outro. Geralmente as representações são pejorativas e construídas pelo grupo majoritário.

Esse autor também afirma que quanto mais a minoria se distancia dos valores pregados pela classe dominante, maior será o preconceito contra a minoria. O estudo deste autor confirma a situação do indígena. O povo indígena é vítima de preconceitos e atribuições de características pejorativas construídas pelos não-indígenas, e se são julgados por não preencherem os requisitos dos valores do povo não-indígena.

Krenark (2001) chama a atenção para o fato de que se os grupos dominantes aceitarem as diferenças e a sócio-diversidade, ocorrerá uma maior tolerância entre os povos. Entretanto, Ricardo (2001) afirma que a intolerância é uma idéia inesgotável na sociedade nacional. O autor questiona ainda que a intolerância leva a classe dominante a praticar um tipo de “*apartheid*”, forçando um isolamento ao indígena. Constata-se,

então que o indígena foi e ainda é vítima do preconceito e de sua expressão, que é a discriminação.

Allport (1954-1979) assinala que ao prejudicar um indivíduo por ele fazer parte de uma etnia ou grupo, baseando-se em aversão ou generalização, incorre-se em preconceito. Existem cinco ações desenvolvidas por indivíduos preconceituosos; a primeira ação é a evitação do contato oral, a segunda a evitação física, a terceira, a discriminação, a quarta, o ataque físico, e a quinta, o extermínio.

Diante das cinco ações expostas por Allport (1954-1979), pode-se dizer que os povos indígenas foram vítimas das ações de evitação física, discriminação e até mesmo do ataque físico. Cunha (2006) também afirma que os indígenas foram vítimas de extermínio na colonização. Porém, esse fato atualmente ainda ocorre, haja vista a morte do índio Galdino no Distrito Federal, que foi assassinado por jovens não-indígenas, pelo fato da vítima ser de uma etnia diferente, como apontou a revista *Fórum* (2007), (www.revistaforum.com.br.)

Segundo Brown (1998) classificar tudo que se parece semelhante é um tipo de categorização. Portanto, quando se diz que os indígenas são apenas “índios”, há uma categorização, classificando todos como iguais. Essas classificações podem gerar generalizações exacerbadas.

De acordo com Allport (1954-1979), é freqüente a super generalização. Ao fazer um pré-julgamento de um indivíduo por ele pertencer a um grupo ou etnia, e atribuir-lhe características, por acreditar que todos os pertencentes a determinado grupo as possuem, se incorre em um erro de generalização.

Geralmente, as generalizações estão ligadas a pré-julgamentos negativos. Entretanto, deve-se salientar que Brown (1998) aponta que a categorização e generalização também servem para organizar e simplificar a cognição humana.

Segundo Allport (1954-1979), a mente humana lança mão de mecanismos facilitadores, e, dessa forma, classifica objetos semelhantes como iguais. Essas informações são agrupadas por categorias. Diante de algum evento, o indivíduo lança mão dessas informações e enquadra o objeto em uma categoria, e, dessa forma, realiza uma ampla generalização. Entretanto, o autor afirma que nem todas as generalizações estão ligadas ao preconceito.

Allport (1954-1979) expõe que os indivíduos tendem a procurar categorias que se assemelham a eles, porque dessa forma se sentirão seguros por estar em um ambiente coeso. No contexto categorial, o indivíduo não necessita de ajustes para conviver com a diversidade, portanto se encontra em posição de segurança.

Conforme Brown (1998), quando o indivíduo avalia sua categoria como positiva, e as outras, como negativas, ele está cometendo um julgamento prévio de determinada categoria. A avaliação de categorias, por meio de seu próprio juízo de valor e da pertença social, pode fazer o indivíduo incorrer em erro e no preconceito.

Segundo Tajfel (1982), a pertença social, ou identidade social, é o conhecimento que o indivíduo possui de si, em de um grupo social. Dessa forma, o indivíduo constrói seu próprio conceito e imagem e se reconhece em termos sociais. A categorização orienta e permite que o indivíduo defina o seu lugar social e construa as suas pertenças sociais.

Tajfel (1981) afirma que a categorização é parte do processo da construção da identidade social. No processo de identificação, o indivíduo passa a comparar e fazer distinções entre o seu grupo e os grupos alheios. Porém, a avaliação que o indivíduo faz do seu e dos outros está ligada à forma como ele vê o seu próprio grupo e a forma como o seu grupo vê os grupos alheios. De acordo com Vignoles e Moncaster (2007), quando o indivíduo escolhe uma categoria para se tornar parte dela, ele passa a fazer parte do

próprio conceito individual. Dessa forma, o indivíduo tende a ver positivamente o grupo de pertença, e, assim, ele se percebe também positivamente, avaliam positivamente o próprio grupo e a si mesmo e tende a dar valorização inferior aos outros grupos. Essa é a avaliação do indígena efetuado pelo não-indígena. Ele se auto-avalia de forma positiva e mantém uma avaliação negativa do indígena.

Esse tipo de favoritismo ao próprio grupo pode ser preditor de discriminação, como aponta Hogg (2000). Esse autor afirma que indivíduos inseguros tendem a avaliar negativamente os grupos alheios e a discriminá-los. Entretanto, em condições de baixo nível de incerteza, o favoritismo e a discriminação tendem a ser eliminados. De acordo com Zagefka, Brown, Broquard e Martim (2007), os grupos rechaçados e avaliados negativamente tendem a viver em guetos, como mecanismo de proteção.

Entretanto Garcia-Marques (1999) assinala que os comportamentos de generalizações preconceituosas e atribuições negativas são de total responsabilidade do indivíduo que os pratica. O autor aponta que, à medida que o indivíduo amadurece suas funções cognitivas, ele é capaz de diferenciar comportamentos preconceituosos e portanto, ele poderá evitá-los se assim o desejar.

Brown e Cehafic (2006) expõem que a forma como o indivíduo se posiciona diante das atitudes grupais depende da forma como ele avalia o comportamento grupal e o próprio grupo. Esse posicionamento diante do grupo pode gerar sentimentos diversos, como de se sentir responsável pelas atitudes grupais. O indivíduo pode sentir que possui parcela de culpa por algum dano causado pelo seu grupo a grupos alheios, embora ele próprio não tenha praticado nenhum comportamento ilegítimo.

Compreende-se então que as mudanças de atitudes preconceituosas passam também por uma avaliação individual. Esse fato pode ser preditor de dificuldades de mudanças de comportamentos, haja vista que os indivíduos constroem sua base de

valores em seu contexto social e também por meio das representações construídas pelo grupo de pertença. De forma hipotética, pode-se dizer que existe um certo círculo preconceituoso: o grupo pratica o preconceito, o indivíduo avalia e repassa o preconceito, construindo por esse mecanismo, representações preconceituosas de indivíduos e grupos.

De acordo com Moscovici (1976-1978), as representações sociais são mecanismos utilizados pelos indivíduos para transformar o desconhecido e distante em algo familiar. Portanto, o indivíduo possui papel ativo neste processo. Para fazer esta transformação, o indivíduo faz uma releitura do objeto desconhecido, acrescentando percepções adquiridas em suas construções sociais. Após a releitura, essa nova construção é compartilhada entre as pessoas, por meio das inter-relações.

Moscovici (1976-1978) aponta que quando o indivíduo constrói uma representação, ele busca em sua cognição experiências e testemunhos acumulados por ele. Dessa forma, ele explica, por meio das experiências acumuladas, conceitos ou objetos desconhecido, por meio de uma nova construção da realidade, um olhar diferente do objeto em si. Esse processo passa por dois mecanismos, a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é o meio pelo qual que o indivíduo se vale de uma realidade presumida para uma nova construção. Na objetivação, o indivíduo avalia o objeto, atribui imagem e sentido a ele, dando ao objeto uma conotação familiar e o transformando em concreto e próximo.

As representações são explicações construídas na vida cotidiana, no senso comum e para o senso comum. O senso comum utiliza-se desse mecanismo para construir novos conhecimentos e explicações de realidades distantes. Entretanto, quando se constrói um novo conhecimento sobre o objeto, se atribui a ele uma valoração social (Moscovici, 2003).

Moscovici (2003) afirma que são atribuídos ao objeto características e valores, orientados pelo grupo social. Se o grupo avalia de forma positiva o objeto, ele será visto por uma conotação positiva, o contrário também ocorre, portanto, pode ser destinado ao objeto conotações e características negativas. Pode-se dizer, então, que as atribuições ocorrem também por meio das representações sócias. Tanto as representações quanto as atribuições possuem percepções e sentidos individuais compartilhados no senso comum.

Souza (2006) aponta que no mundo no qual o indivíduo vive, ele está, sujeito a avaliações constantes. Entretanto, a todo tempo está predisposto a também a avaliar e fazer conjecturas sobre o comportamento alheio, na tentativa de explicá-los. A essas conjecturas e avaliações, são acrescentadas atribuições de características, destinadas a explicar ações individuais.

Heider (1944-1958) aponta que, os indivíduos, na tentativa de explicar comportamentos alheios, podem atribuir causas internas às ações. Dessa forma, o ator de uma ação é considerado pelo avaliador como possuidor de disposição para certo tipo de comportamento. Entretanto, Heider (1944-1958) é contrário a essa visão mecanicista do comportamento. De acordo com ele, as atribuições estão ligadas às inferências que o observador faz das ações do ator. O observador considera mais importante suas inferências do que o comportamento real.

Essas idéias vêm ao encontro com as atribuições direcionadas aos índios. O não-índigena atribui ao índio características como preguiçoso, acomodado, sem levar em consideração o comportamento real do índio. Não considera também que o índio possui uma cultura diferente dos não-índigenas. Por exemplo, o índio não possui a cultura capitalista do não-índigena e por isso é considerado como acomodado.

Kelly (1973) afirma que as atribuições fazem parte da estruturação do conhecimento. Os indivíduos armazenam as informações, e quando necessitam, lançam

mão dessas informações. Pode-se dizer então que os povos indígenas, por serem desconhecidos e diferentes dos não-indígenas, foram vítimas de atribuições de características pejorativas.

Entretanto, Jones e Megillis (1976, citados por Álvaro e Garrido, 2006) afirmam que as atribuições estão ligadas às expectativas do observador. Dessa forma, se a ação do ator não corresponde às expectativas da observação, crescem as atribuições em relação a ação. A avaliação do observador é determinante na atribuição. Assim, pode-se hipotetizar que independentemente do que o indígena faça, as atribuições às suas ações estão ligadas ao que o observador espera dele.

De acordo com Myers (1999), quando se fazem conjecturas sobre o comportamento do outro, pode-se incorrer em erro, sob a influência do ambiente social. Portanto, caso se avalie a ação do ator em momentos distintos, pode-se perceber e sentir a ação de forma diferenciada.

Conforme Goldstein (1980-1983), a percepção de pessoas é um fenômeno complexo, que envolve captar intenções, sentimentos, e expectativas. Está no cerne da percepção a forma como o ator interage com o observador. Assim, quando o observador avalia a ação do ator, ele considera a interação entre eles. Dessa forma, a avaliação do observador também é influenciada pela interação, entretanto a influência pode ser tanto positiva quanto negativa.

Segundo Goldstein (1980-1983), também estão no cerne das avaliações os sentidos e significados que o avaliador dá para os fatos. Esse autor afirma que os indivíduos estão sempre buscando compreender e determinar as causas para o comportamento alheio. Essa busca atende também a uma necessidade humana, a de compreensão do comportamento do outro, o que culmina em atribuir características às ações alheias para

atender a uma necessidade individual, ou seja, explicar o que não se conhece ou de que não se tem certeza.

Os estudos discutidos até então mostram que o levantamento sobre a história dos povos indígenas, o preconceito existente contra eles e as atribuições feitas em relação à sua cultura, valores e comportamentos são fundamentais para compreender a formação de atribuições de responsabilidade e o preconceito contra os povos indígenas. Deve-se lembrar que, na maioria das explicações do senso comum, o indígena é responsabilizado pela sua atual situação.

Este estudo faz parte de um projeto do Grupo de Pesquisa em Processos Grupais, intitulado “*Análise Psicossocial do Preconceito contra os Povos Indígenas Brasileiros*”. O referido projeto está sendo realizado sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres, com a colaboração do Prof. Dr. Rupert Brown, da Universidade de Sussex, na Inglaterra, que tem pesquisado sobre a questão indígena em países da América Latina.

A seguir, apresenta-se o método utilizado para alcançar o objetivo deste trabalho.

MÉTODOS

Participantes

Participaram deste estudo 823 estudantes do ensino médio de escolas públicas, oriundos de seis cidades do interior de Goiás, três das quais possuem aldeias indígenas próximas. O critério de escolha das outras três cidades foi a semelhança de suas características sócio-demográficas com as três primeiras cidades. O quadro 1 mostra a descrição das cidades escolhidas.

Cidades	Numero de habitantes	Aldeia indígena
Nova América	2.305	Sim
Aruanã	5.232	Sim
Rubiataba	19.122	Sim
Palmelo	2.446	Não
Caturaí	4.475	Não
Nerópolis	22.710	Não

Quadro1: características sócio-demográficas das cidades onde foram realizadas as coletas de dados.

Para este estudo, no entanto, o fato de existir ou não contato entre indígenas e não-indígenas não foi levado em consideração uma vez que não houve diferenças significativas nas variáveis estudadas. A idade média dos participantes foi de 16, 5 anos, com a mínima de 14, e a máxima, de 24 anos, e desvio padrão de 1,6 anos. Dos participantes, 35,4%, eram mulheres, e 64,6%, homens. Todos cursavam o ensino médio.

Instrumento

O questionário utilizado neste estudo foi composto por diversas seções relacionadas a todas as variáveis contempladas no projeto-raiz. No entanto, neste estudo, foram analisadas apenas as variáveis relativas:

- a) Identidade social, baseada nas postulações de Henri Tajfel, composta pelos seguintes itens: 1) Eu me considero brasileiro; 2) Ser brasileiro é muito importante para mim; 3) Para mim, é muito importante o que acontece com os outros brasileiros; 4) Me sinto mal quando alguém fala mal dos brasileiros; 5) Se

eu pudesse escolher, eu preferiria deixar de ser brasileiro (reversa). O índice de fidedignidade, medido pelo alfa de Cronbach, foi de 0,68.

- b) responsabilidade grupal- os itens de responsabilidade grupal foram desenvolvidos baseados nos estudos de Brown e Cehajic (2006) com os seguintes indicadores:

- Responsabilização dos brasileiros, 1)Eu acho que a situação de pobreza dos índios é causada pelos brasileiros; 2)Eu começo a ver que a pobreza dos índios é responsabilidade de todos nós, brasileiros; 3) É muito difícil para mim reconhecer que a pobreza dos índios tem sido causada por nós brasileiros; 4) Eu agora entendo que se os índios passam necessidade, é por causa do que temos feito com eles desde a época dos portugueses até os dias de hoje. O alfa de Cronbach foi de 0,61.

- responsabilização dos portugueses, 1) A culpa da pobreza dos índios é dos portugueses, que começaram a explorá-los; 2) Os portugueses são os maiores responsáveis por tudo o que os índios vivem hoje. O alfa de Cronbach foi de 0,64.

- responsabilização dos próprios índios: 1) Eu acho que os responsáveis pela pobreza dos índios são eles próprios; 2) Os índios são os responsáveis pela sua atual situação. O alfa de Cronbach foi de 0,72.

- c) Preconceito, os itens medeiam a distância social suportada pelos participantes em relação ao contato com indígenas: 1) Ter um vizinho índio; 2) Ter um professor índio; 3) Ter um prefeito índio; 4) Ter um médico índio; 5) Trabalhar para um índio; 6) Ser abordado por um policial índio; 7) Ter um amigo índio; 8) Namorar com um(a) índio(a); 9) Casar com um(a) índio(a). Todos esses itens eram reversos. O alfa de Cronbach foi de 0,92.

Todos esses itens eram em formato Likert e variavam de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Os itens reversos foram invertidos para as análises realizadas.

Procedimento

Primeiramente, foi feito o levantamento, na Secretaria de Educação do Estado de Goiás, das escolas de ensino médio que possuíam alunos indígenas. No segundo momento, a direção dessas escolas foi contatada e os objetivos deste trabalho foram expostos. Após a anuência, houve o contato com as escolas que não possuíam alunos indígenas, levando em consideração suas características sócio demográficas, como explicado anteriormente.

Nos dias agendados pela direção, a pesquisadora e membros do grupo de pesquisa, compareceram a cada uma das escolas e, após a anuência dos professores, os objetivos deste trabalho eram explicados aos alunos e eles foram convidados a responder individualmente ao questionário. Nas salas em que havia estudantes indígenas, eles eram convidados a responder um outro questionário, que não foi analisado neste trabalho. O tempo médio de resposta foi de trinta minutos.

RESULTADOS

Inicialmente, foram analisados as médias e desvios padrão das variáveis estudadas (tabela 1). Como se pode ver, o nível de identificação dos participantes com a nação brasileira é alto, assim como a responsabilização dos portugueses pela situação atual dos índios brasileiros. Já a responsabilização dos brasileiros fica em torno do ponto médio da escala enquanto a responsabilização dos próprios índios fica abaixo do ponto médio da escala. É importante ressaltar que a média de 2,80 na variável que se

refere ao preconceito indica que esse fenômeno existe entre os participantes e é bastante alto, uma vez que a escala variava de um a sete pontos, e, que quanto menor a média, maior o preconceito.

Tabela 1: Médias e desvios padrão das variáveis investigadas

Variáveis	Médias	Desvios padrão
Responsabilidade dos brasileiros	4,15	1,05
Responsabilidade dos portugueses	5,09	1,33
Responsabilidades dos próprios índios	3,15	1,38
Identidade Social	5,66	0,99
Preconceito	2,80	1,13

Em seguida, foram comparados, por meio de testes t para amostras independentes, as médias das variáveis investigadas, de acordo com a existência ou não de contato entre indígenas e não-indígenas. O único resultado significativo ($t(754) = -4,60$, $p. < 0,001$) foi relacionado ao preconceito, maior nas cidades em que não existe contato entre indígenas e não-indígenas. No entanto, como não é do escopo deste trabalho a análise do papel do contato intergrupar na existência do preconceito, nesse momento não se aprofundou a discussão desse resultado.

Para analisar as relações entre as atribuições de responsabilidade pela atual situação dos indígenas brasileiros, a identidade social e o preconceito, foi realizada uma regressão múltipla. A variável critério foi o preconceito e as demais entraram como preditores.

Tabela 2: Regressão múltipla tendo como variável critério o preconceito contra povos indígenas brasileiros e variáveis antecedentes a responsabilização pela atual situação dos indígenas e a identidade social dos não-indígenas

	Preconceito		
	Beta	t	p. <
Responsabilidade dos brasileiros	-0,17	-4,42	0,001
Responsabilidade dos portugueses	-0,03	-0,87	n.s.
Responsabilidades dos próprios índios	0,209	5,504	0,001
Identidade social	-0,241	-6,66	0,001
Coefficiente de regressão	R= 0,41		
Variância explicada	$R^2=0,17$; $R^2_{ajustado} = 0,16$		
Significância do modelo	F (4/657)= 33,52, p.< 0,001		

Os resultados da tabela 2 mostram que quanto maior os níveis de identificação dos participantes com a nação brasileira e quanto mais eles responsabilizam os brasileiros pela atual situação dos indígenas, menor é o preconceito. Por outro lado, quanto mais eles responsabilizam os próprios índios, maior é o preconceito. Finalmente, a responsabilização dos portugueses não tem nenhuma relação com o preconceito.

DISCUSSÃO

O objetivo geral do estudo foi investigar as relações entre as diferentes atribuições de responsabilidade pela situação atual dos indígenas brasileiros, os níveis de identificação com a nação brasileira e o preconceito.

Partiu-se do pressuposto que os fenômenos sociais de atribuição, representações

sociais, identificação e, por fim, o preconceito podem estar relacionados com possíveis explicações para a situação atual do povo indígena brasileiro.

Foi construído um modelo de investigação norteado pelos seguintes estudos: Calmon (1963), Cunha (1992), Ribeiro (2004-2005), Silva (1992) e Freyre (1900-2000). Outro eixo teórico foram os estudos sobre as representações sociais e atribuições: Moscovici (1976-1978), Heider (1944) e Kelly (1972). E por fim os estudos sobre o preconceito: Allport (1954/1979), Brown (1995), Arruda (2001) e outros como os estudos de identidade social de Tajfel (1982-1983), Vignoles e Moncaster (2007), Hogg (2000).

Dentre os principais resultados desse estudo, verificou-se um alto nível de identificação dos jovens não-indígena com a nação brasileira. No entanto, diferentemente do que preconizado por Tajfel (1982; 1983), quanto maior os níveis de identificação, menor o preconceito. Uma hipótese explicativa para o resultado obtido, que deverá ser investigada em próximos estudos, é que talvez, ao falar da “nação brasileira” esses jovens incluam os indígenas na matriz original formadora do povo brasileiro, alimentando assim o mito da democracia racial (Freyre, 1900-2001).

Por outro lado, o estudo mostra que existe um alto nível de responsabilização dos portugueses pela atual situação indígena. Contudo, esta responsabilização não se relaciona com o preconceito, como o esperado. Uma hipótese explicativa para esse fato é que os participantes responsabilizam os portugueses como fato histórico, recordando a época da colonização. No entanto, quando o responsável pela situação é um sujeito contemporâneo, os brasileiros, por exemplo, o preconceito diminui. Dessa forma, os jovens sugerem uma isenção de responsabilidade em que pese a extinção de várias etnias no processo de colonização.

Já quando são os indígenas os próprios responsáveis, o preconceito aumenta.

Esse resultados estão em consonância com os trabalhos revisados sobre as atribuições de responsabilidade e os conteúdos representacionais.

Tomados em conjunto, os resultados obtidos apontam a existência do preconceito contra povos indígenas brasileiros, é esse fenômeno e maior naquelas cidades nas quais não existe o contato entre indígenas e não-indígenas. Este trabalho mostrou também a importância dos conteúdos representacionais relacionados aos processos de justificação pela atual situação desses povos para a existência do preconceito. Por outro lado, apesar do panorama um tanto quanto sombrio, haja vista os níveis de preconceito, a possibilidade da inclusão, em termos representacionais, dos povos indígenas na matriz representacional da formação do povo brasileiro talvez aponte que ainda existe esperança para uma convivência entre indígenas e não-indígenas que seja baseada na solidariedade e respeito por uma cultura que, embora diferente, é ancestral e que ajudou a formar o povo brasileiro.

Com a consciência de que este tema é vasto e complexo, sugere-se que ele seja mais explorado e ampliado em novas pesquisas. É necessário, por exemplo, investigar a composição da matriz da identidade brasileira, na visão dos jovens participantes deste estudo, e se a responsabilização dos portugueses afeta atualmente a vida do povo indígena ou é apenas um fato histórico, e outras questões ainda podem ser ampliadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allport, G. (1954/1979). *The nature of prejudice*. (25° ed.). Cambridge: Addison-Wesley.
- Abrams, D. & Hogg, M. A. (1998). Comments on the motivational status of self-esteem in social identity and intergroup discrimination. *European journal of Social Psychology*, 18, 317-34.
- Álvaro, L. J.; & Garrido, A. (2006). *Psicologia social. Perspectiva psicológica sociológicas*. M. C. Fernandes (Trad.). A. R. R. Torres (Rev. téc.). São Paulo: Mcgraw-Hill.
- Arruda, R. S. V. (2001). Os povos indígenas e a intolerância. *Imagens do Índio: Signos da Intolerância*. In: L. D. B. Grupioni, L. Vidal & R. Fishchmann (orgs.). *Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade* (pp. 43-61). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Brito, R.; Lopes, D. & Vala, J. (1999) *O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal*. In: J. Vala (org.) *Novos racismos: perspectivas comparativas*. 1 Edição. Ed. Celta. Portugal.
- Brown, R. (1995). The nature of prejudice. In: R. Brown. *Prejudice: its social psychology* (pp. 1-15). Oxford: Blackwell Publishers.
- Brown, R. (1998). The Nature of Prejudice. In: R. Brown. *Prejudice: its social psychology* (pp. 1-15). Oxford: Blackwell Publishers.
- Brown, R.; & Cehajic, S. (2006). *Dealing with the past and facing the future: mediators of the effects of collective guilt and shame in Bosnia and Herzegovina*. (Manuscrito não publicado).
- Brown, R.; & Zagefka, H. (2005). Ingroup Affiliations and Prejudice. In: J. F. Dovidio, P. Glick, & L. A. Rudman. *On the nature of prejudice: fifty years after Allport* (pp. 54-70). Oxford: Blackwell Publishing.

- Brown, R.; Gonzalez, R. ; Zagefka, H. ; Manzi, J. (2008). Nuestra culpa: *collective guilt as a predictor for reparation for historical wrongdoing*, Journal of Personality and Social Psychology, 94, 75-90.
- Calmon, P. (1963). XXVII Origens indígenas do Brasil. In P. Calmon. História do Brasil. (vol. II, séc.XVI e XVII) (2º ed.) (pp. 321-339). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- Cunha, M. C. da (1998). Introdução a uma historia indígena. In M. C. da Cunha, (org.). *História dos índios no Brasil*.(vol. II) São Paulo: Companhia das Letras.
- Cunha, M. M. L. C. da (org.). (1992). *História dos Índios No Brasil* (vol. 1). São Paulo: Companhia das Letras. (611 p.).
- Da Cunha, M. M. L. C. (2006). *Os efeitos perversos do regime de propriedade intelectual*. In: Ricardo, C.A.; Ricardo, F. (org.). *Povos indígenas no Brasil*. (pp. 96-99),. São Paulo: ISA..
- Durkheim, E. (1898). *Representations individuelles et representations collectives*. Revue de Metaphysique et Morale, 6, 273-302.
- Dovidio, J. F.; & Gaertner, S. L. (1996). Affirmative Actions, unintentional racial biases, and intergroup relations. *Journal of Social Issues*, 52 (4), 51-57.
- Doise, W. (1986). *Level of explanation in social psychology*. Cambridge Cambridge University Press; Paris: Maison des Sciences de e Homme.
- Falcão, L. C.; Maracaípe, R.; Pereira, A. S.; & Torres, A. R. R. (2004, Abril). Preconceito e Psicologia Social. *Estudos*, 31, (4), 617-636.
- Freyre, G. (1900-2001). *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Goldstein, H. J. (1983). *Psicologia social*. Meurer (Trad.). C. P. de Sá (Sup.). Rio de Janeiro: Guanabara.

- Grupioni, L. D. B. (1998). As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada. In: L. D. B. Grupioni; & L. Vidal. (orgs.). *Índios no Brasil*. (3º ed.). pp(3-20), São Paulo: Editora Global, Brasília: MEC.
- Garcia-Marques, L. (1999). *O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: Serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis*. In: J. Vala, (org.). *Novos racismos: perspectiva comparativas*, (pp.16-23) Portugal: Editora Celta.
- Grupioni, L. D. B., & Vidal L. B. (2001). Prefácio A tolerância e os povos Indígenas: A busca do diálogo na diferença. In: L. D. B. Grupioni; L. Vidal; & R. Fischmann (orgs.). *Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Hasenbalg, C. (1997). O contexto das desigualdades raciais. In: Souza, J.; et. al. (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Ed. Paralelo 15, (p 63).
- Heider, F. (1944). Social perception and phenomenal causality. *Psychological Review*, 51, 358-374.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York- Wiley.
- Hewstone, M. (1989). *Causal attribution- from cognitive processes to collective beliefs*. UK- Basil Blackwell.
- Hogg, M. A. (2000). Subjective uncertainty reduction through self-categorization: A motivational theory of social identity processes. *European Review of Social Psychology*, 11, 223-255.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005). *Tendências Demográficas Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009). *Tendências Demográficas Uma análise da população nacional, com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos*. Rio de Janeiro, IBGE.

- Instituto Sócio Ambiental. (ISA. 2008, 20 Agosto). As terras indígenas e sua situação atual. (Online) www.socioambiental.org.
- Jones, E. E. e Davis, K. E. (1965). *From acts to dispositions the attribution process in person perception*. In L. Berkowitz (ed.). *Advances in experimental social psychology* (vol. 2). Nova Iorque. Academic Press.
- Kelly, H. H. (1972). Causal schemata and the attribution process. In E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelly, R. E. Nisbett, S. Valins, & B. Weiner (ed), *Attribution-perceiving the causes of behavior*. Murrilltown, N. J. – General Learning Press.
- Kelly, H. H. (1973). The process of causal attribution. *American Psychologist*, 28, 107-128.
- Kenark, A. (2001). I – Os povos indígenas e a intolerância. Uma Visita Inesperada. In: L. D. B. Grupioni; L. Vidal; & R. Fishchmann (orgs.). *Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. (pp. 71-78). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Leyens, J-P., & Desért, M. (2003). Racismo, essencialismo e ameaça do estereótipo. In: M. L. Lima; P. Castro; & H. Garrido (orgs.). *Temas e debates em Psicologia Social* (pp. 127-148). Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, L. G. (1999). O estudo dos estereótipos e as novas análises do racismo: Serão os efeitos dos estereótipos inevitáveis. In: J. Vala. (org.). *Novos racismos: perspectiva comparativas*. Portugal: Celta.
- Meertns, R.; & Pettigrew, F. T., (1999). Será o racismo subtil mesmo racismo. In: J. Vala (org.) *Novos racismos: perspectivas comparativas*. Portugal: Celta.
- Monteiro, M. B. (1993/2006). Conflito e negociação entre grupos. In: J. Vala; & M. B. Monteiro (orgs.). *Psicologia Social*. (pp.411-456). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moscovici, S. (1976-1978). *A representação social da psicanálise*. (2 ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

- Moscovici, S. (2003-2005). *Representações sociais. Investigação em psicologia social*. G. Duveen (Ed.). P. A. Guareschi (Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Myers, D. G. (1999). *Psicologia social*. (6 ed.). A. B. P. de Lemes (Trad.). C. H. de Lima (Rev.). Rio de Janeiro: L T C.
- Pagliari, H.; Azevedo, M. M.; & Santos, R. V. (2005). Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: H. Pagliaro; M. M. Azevedo; & R. V. Santos (orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas do Brasil*. (pp. 11-32). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/(Abep).
- Pettigrew, T. F. (1958). Personality and social cultural factors in intergroup attitudes: a cross comparison. *Journal of Conflict Resolution*, 2, 29-42
- Ribeiro, D. (1982-1992). *Os índios e a civilização: a integração das populações Indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. (1970/2005). *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. (1995/2004). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ricardo, A. C. (2001). I – Os povos indígenas e a intolerância. Passados 500 anos, sequer sabemos seus nomes. In: L. D. B. Grupioni; L. Vidal; & R. Fishchmann (orgs.). *Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. (pp. 63-70). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Rubin, M. & Hewstone, M. (1998). Social identity theory's self-esteem hypothesis. A review and some suggestions for clarification. *Personality and Social Psychology Review*, 2, 40-62.
- Fórum (2007). Artigo: Índio Galdino, dez anos depois. 23 de Abril. São Paulo.(online) www.revistaforum.com.br

- Silva, F. A. (1937-1992). *A História do Brasil: Colônia, Império, República*. São Paulo: Moderna.
- Souza Filho, C. F. M. (2001). Os povos indígenas e a intolerância. A universalidade parcial dos direitos humanos. In: L. D. B. Grupioni; L. Vidal; & R. Fishchmann (orgs.). *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade* (pp. 253-262). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Souza, E. (1993-2006). Atribuição causal: da inferência à estratégia de comportamento. In: J. Vala; & M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia social*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian. (pp.159-170).
- Tajfel, H. (1981-1982). Grupos humanos e categorias sociais. In *Estudos em Psicologia social, 1*. Coleção: Horizonte de Psicologia.(Vol.1.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. (1983). Grupos humanos e categorias sociais 2. In *Estudos em Psicologia Social, 2*. Coleção: Horizonte de Psicologia (vol.2.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: J. Vala; & M. B. Monteiro (orgs.). *Psicologia social*. (pp. 457-483).
Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J.; & Lima, M (2003). Diferenciação social, Racialização e etnização de Minorias: Ambivalências e Contradições. In: M. L. Lima; P. Castro; & H. Garrido (orgs.). *Temas e debates em Psicologia Social*. (pp. 177-206). Lisboa: Livros Horizonte.
- Vala, J.; Brito, R.; & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. In: J. Vala (org.) *Novos racismos: perspectivas comparativas*. Portugal: Celta.
- Vignoles, L. V.; & Moncaster, J. N. (2007). Identity motives and in-group favouritism: A new approach to individual differences in intergroup discrimination. *British Journal of Social Psychology*. 46, 91-113.

Zagefka; H.; Brown; R.; Broquard; M.; & Martin; L. S. (2007). Predictors and consequences of negative attitudes toward immigrants in Belgium and Turkey: The role of acculturation preferences and economic competition. *British Journal of Social Psychology*, 46, 153-169.

ANEXO